

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

SUZI MEIRE CORRÊA

**MULHERES-GEÓGRAFAS: AS PIONEIRAS DO DEPARTAMENTO DE  
GEOGRAFIA DA USP**

**WOMEN-GEOGRAPHERS: THE PIONEERS OF THE DEPARTMENT OF  
GEOGRAPHY OF USP**

São Paulo

2017

SUZI MEIRE CORRÊA

**MULHERES-GEÓGRAFAS: AS PIONEIRAS DO DEPARTAMENTO DE  
GEOGRAFIA DA USP**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Donizeti Giroto

São Paulo

2017

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C968m      Corrêa, Suzi Meire  
Mulheres-geógrafas: as pioneiras do Departamento  
de Geografia da USP / Suzi Meire Corrêa ;  
orientador Eduardo Donizeti Giroto. - São Paulo,  
2017.  
59 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo. Departamento de  
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. História da Geografia. 2. Feminismo. 3.  
Mulheres. 4. Epistemologia. 5. USP. I. Giroto,  
Eduardo Donizeti, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que ousaram romper as barreiras impostas e com isso me permitiram chegar aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe como grande exemplo de coragem e determinação e por educar seus filhos à luz da honestidade.

À minha irmã e ao meu irmão por estarem presentes na minha criação, onde cada um, a seu modo, me ensinaram genuinamente o que é o amor.

À família de amigas e amigos que a vida me permitiu conhecer e pelo afeto em todos os caminhos que decidi seguir. Com vocês nunca me senti só.

Ao meu companheiro por compartilhar a vida ao meu lado, uma das mais belas graças da vida se faz em teu sorriso. Agradeço também a sua família por terem me acolhido tão bem ao longo de todos esses anos.

Às geógrafas entrevistadas que por meio das suas memórias contribuíram com esta pesquisa.

Às manas da Ocupa SAS por mostrarem efetivamente que a luta muda à vida!

Ao Prof. Dr. Eduardo Giroto, pelo amparo, dedicação e incentivo durante todo processo de orientação.

## RESUMO

CORRÊA, S. M. **Mulheres-geógrafas**: as pioneiras do Departamento de Geografia da USP. 2017. 59 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Neste trabalho apresentamos as trajetórias das primeiras geógrafas do Departamento de Geografia da USP. Com diferentes perspectivas de atuações e áreas da geografia, essas pesquisadoras tinham um ponto em comum: foram pioneiras. Realizar um estudo que permeia a temática de gênero e que destaca a presença de mulheres na produção da ciência geográfica é um estímulo, visto que o conhecimento acadêmico e a história ainda são androcêntricos. O aporte teórico para a pesquisa contou com a metodologia historiográfica, a utilização de referenciais bibliográficos sobre o tema, periodização dos acontecimentos, coleta e o levantamento de dados sobre as produções das geógrafas, comparação de diferentes fontes, além da realização de entrevistas com algumas docentes e documentos acerca dos registros profissionais das professoras-pesquisadoras. Ao final da pesquisa, foi possível perceber que muito se avançou com as discussões e a presença das mulheres no ambiente universitário, mas ainda não influenciaram completamente o processo histórico, já que a sociedade, e por sua vez a academia, ainda dão oportunidades desiguais a homens e mulheres.

**Palavras-chaves:** Pioneiras; História da Geografia; Mulheres; Epistemologia.

## ABSTRACT

CORRÊA, S. M., **Women-geographers:** the pioneers of the Department of Geography of USP. 2017. 59 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

In this work we present the trajectories of the first geographers of the Department of Geography of USP. With different perspectives of performances and areas of geography, these researchers had one thing in common: they were pioneers. To carry out a study that permeates the theme of gender and which highlights the presence of women in the production of geographic science is a stimulus, since academic knowledge and history are still androcentric. The theoretical contribution to the research relied on the historiographic methodology, the use of bibliographical references on the theme, periodization of events, collection and collection of data on the productions of the geographers, comparison of different sources, as well as interviews with some teachers and documents about the professional records of female teachers. At the end of the research, it was possible to perceive that much progress has been made with the discussions and the presence of women in the university environment, but they have not yet fully influenced the historical process, since society, and in turn the academy, still give unequal opportunities to men and women.

**Keywords:** Pioneers; History of Geography; Women; Epistemology.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	2
1. Ocupação feminina em São Paulo na primeira metade do século XX .....	4
2. A Fundação da USP .....	8
2.1. O Departamento de Geografia- DG-USP.....	11
2.2. A presença feminina na FFLC .....	12
2.3. A Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB.....	18
2.5. XVIII Congresso Internacional de Geografia.....	23
3. Pioneiras .....	24
3.1. Documentos.....	24
3.2. Maria da Conceição Vicente de Carvalho.....	25
3.3. Nice Lecocq Müller .....	32
3.4. Elina de Oliveira Santos .....	38
3.5. Rosa Ester Rossini .....	40
4. O público feminino na carreira acadêmica e alguns desafios .....	44
4.1. Referências femininas na Geografia e no DG .....	52
Considerações Finais.....	58
REFERÊNCIAS .....	59

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo revisitar e visibilizar uma parte da história do Departamento de Geografia da USP, sob a conjuntura das trajetórias das primeiras mulheres que romperam as barreiras e desafios da esfera acadêmica. Realizar um estudo que permeia a temática de gênero e que destaca a presença de mulheres na produção da ciência geográfica é um estímulo, visto que o conhecimento acadêmico e a história ainda são androcêntricos e, por essa condição, a tendência é concentrar as narrativas sob a perspectiva e centralidade masculina, desconsiderando as demais perspectivas. Por vezes, já foi apresentada a visão de mundo dos geógrafos da casa, as vozes ouvidas nos falam de uma memória coletiva, porém, pouco se sabe sobre a história, papel e o lugar das primeiras mulheres desta faculdade.

A motivação dessa pesquisa iniciou-se com indagações e questionamentos acerca de ainda hoje lermos tão poucas mulheres se comparadas com as leituras de produções masculinas que se tem contato durante a graduação em geografia na USP e também por causa de se saber tão pouco sobre a história das mulheres do DG. Passado mais de 80 anos de fundação do curso, quais foram às contribuições das primeiras mulheres-geógrafas da instituição?

Surtem com essas primeiras observações o ânimo de poder trabalhar com o resgate das histórias individuais, que interagem com a memória departamental. As trajetórias das mulheres dessa pesquisa percorrem entre as atividades como a de assistentes, docentes, pesquisadoras, precursoras de novas discussões geográficas, além de outras importantes ocupações que exerceram em prol da geografia uspiana.

Na recuperação das memórias, verificamos que no contexto da fundação do curso, inaugurado em 1934, a imagem do público feminino se fez na figura de professoras (já atuantes no ensino primário ou de futuras docentes do ginásio). Com o passar do tempo, as primeiras formadas adentraram na atuação educacional e outras permaneceram na carreira científica e acadêmica.

Discorrer sobre essas memórias é sobretudo trilhar os caminhos percorridos por pioneiras que desafiaram os estereótipos e preconceitos vigentes, proporcionaram as primeiras rupturas e abriram novos caminhos em áreas até então predominantemente masculinas. Procuramos apresentar outras perspectivas sobre um capítulo importante da

história do departamento levando em consideração os desafios e êxitos que as pioneiras encararam durante seus percursos institucionais.

Sendo assim, a primeira parte deste trabalho expõe brevemente sobre a conjuntura da inserção feminina no mercado de trabalho e no campo educacional. Na segunda parte, contextualizamos a fundação da Universidade de São Paulo, do DG-USP e AGB, e os acontecimentos pertinentes ao período que se inicia em meados dos anos 30 e adentra nos anos 60, incluindo uma cronologia dos fatos que dizem respeito à Geografia. No terceiro capítulo contaremos a motivação da escolha das quatro geógrafas que tiveram a atuação analisada nesta pesquisa e também acerca dos documentos encontrados. Neste capítulo, analisaremos também a trajetória acadêmica de cada uma das geógrafas abordadas. O capítulo seguinte é sobre o público feminino na carreira acadêmica, os desafios e os aspectos dos referenciais femininos na geografia e no DG. Por fim, no último momento, há a necessidade de fazermos considerações acerca da reverberação das questões relacionadas ao Gênero na geografia uspiana, bem como a apresentação de inquietações sobre essas questões.

O aporte teórico para a pesquisa contou com a metodologia historiográfica, a utilização de referenciais bibliográficos sobre o tema, periodização dos acontecimentos, coleta e o levantamento de dados sobre as produções das geógrafas, comparação de diferentes fontes, além da realização de entrevistas com algumas docentes e documentos acerca dos registros profissionais das professoras-pesquisadoras.

Desta forma, espera-se com este trabalho realizar a abertura de um diálogo que provavelmente não responderá a todas as interrogações, mas se propõe a ser o início de uma problematização que poderá se aprofundar com a continuidade de pesquisas.

Fica aqui depositada a esperança que iniciativas sobre a história das mulheres na USP e na geografia sejam realizadas o mais breve, já que há a necessidade de revisitar as nossas memórias em prol de vozes e identidades anteriormente não observadas, para que se façam presentes e permaneçam em nossas narrativas.

## 1. Ocupação feminina em São Paulo na primeira metade do século XX

No século XIX, assim como nos anteriores, cada sexo tinha a sua função, seu papel, suas tarefas, seus espaços e seus lugares. No discurso dos ofícios e na linguagem e no trabalho, a divisão das tarefas era também sexuada (PERROT, Michele, 1988).

Desde o final do século XIX, devido à influência da República, houve mudanças significativas nas aspirações das mulheres brasileiras. Além das mulheres de classes desfavorecidas, que por necessidade financeira de alguma forma sempre trabalharam, as mulheres dos demais segmentos sociais também ansiavam por mudanças.

Com o advento da urbanização, imigração e aumento demográfico, diversas transformações sociais aconteceram. Numa sociedade assalariada,

O crescimento da economia, o incipiente desenvolvimento da industrialização e a urbanização seriam responsabilizados, nas décadas seguintes, pelas mudanças nas relações entre homens e mulheres. Rompendo o quadro ideológico da família patriarcal, essas transformações desencadearam um processo que implicaria em reconhecer na mulher brasileira uma ativa colaboradora econômica de seu núcleo familiar. Quer seja no campo ou na cidade, exercendo atividades marginais ao processo produtivo, preenchendo os quadros da prestação de serviços exigidos pela urbanização, empregando seu conhecimento de técnicas domésticas na industrialização incipiente, realizando uma dupla jornada de trabalho, os recenseamentos apontam para uma maior participação feminina (TUPY, 2002, p.120).

A cidade de São Paulo, especificamente, foi palco dessa outra possibilidade de vida urbana, agora pautada também no consumo de produtos industrializados o que demonstrou ainda mais a necessidade da parcela feminina na contribuição financeira do lar. Com a inserção da mão-de-obra de mulheres e meninas nas fabricas, “em amplos setores médios sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho remunerado feminino. A essas causas também aderiram mulheres privilegiadas, igualmente desejosas de realização profissional e auto-suficiência econômica. Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos”.<sup>1</sup>

Na sociedade brasileira da época havia muita oposição às reivindicações femininas fazendo com que tais aspirações não se concretizassem de imediato. Na ótica da ciência, as

---

<sup>1</sup> SOIHET, p. 218

mulheres eram vistas como frágeis e menos inteligentes, portanto, não serviriam para exercer as atividades públicas. As mulheres que trabalhavam, em sua maioria em fábricas, se deparavam com os valores tradicionais da família que esperavam um comportamento feminino exemplar.

O ambiente doméstico e o cuidado com a família eram considerados para elas o espaço e o modelo ideal de sociabilidade. Resumidamente, nos termos atuais, deveriam cumprir com o papel de “*Belas, Recatadas e do Lar*” (dedicação doméstica, sustentadas pelo marido e preservadas da rua).

Ainda sobre o mundo do trabalho feminino:

as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido - pelos homens - como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo da produção; começavam pela própria hostilidade com qual o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem "um bom partido" para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (RAGO, 2013, p 582.)

A título de recordação, uma das grandes reivindicações que serviram de estopim nas greves de 1917 que paralisou São Paulo, era a regulamentação do trabalho feminino.

Sob o ponto de vista educacional da época:

O discurso sobre a importância da educação na modernização do país era recorrente (...) Aqui e ali, no entanto, havia escolas -certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas e masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas (...) As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (LOURO, 2013, p.443-444).

Progredir com os estudos significava sair de um padrão esperado e permanecer disposta a enfrentar contradições e preconceitos em seu círculo social. Na ordem de destaque do movimento feminista vigente da época<sup>2</sup>, a educação foi considerada

---

<sup>2</sup>No feminismo da 1ª onda, as reivindicações eram mais sobre assuntos como o direito ao voto e à vida pública. Em 1922,

fundamental para a emancipação das mulheres, que entre outras coisas, acreditavam alcançar os mesmos postos de trabalhos e também a mesma remuneração dos homens. Seguindo com esse objetivo no caminho educacional até adentrarem no ensino superior, as mulheres romperam com vários obstáculos, como a segregação sexual das escolas, que ainda no século XX separavam fisicamente meninas e meninos; o ideário que a educação feminina deveria ser mais restrita do que a masculina por conta da condição “frágil” das educandas; o senso comum que a inteligência da mulher era limitada e propensa apenas para a função maternal; o impedimento de acesso ao ensino secundário permitido somente aos rapazes - sendo esse a via de acesso para ensino superior - enquanto para as moças eram oferecidas às escolas normais destinadas no limite ao magistério.

Ademais, devemos lembrar que nem sempre a defesa da educação feminina teve caráter emancipatório, muitas das vezes a justificativa deveu-se a ideia que as mulheres educadas seriam melhores mães e esposas. Outro ponto de reflexão é que a reivindicação de uma parte do movimento de mulheres via na licenciatura uma profissão possível e aceitável, já que lecionar era vista, como uma extensão maternal dos cuidados com os filhos. A sociedade brasileira também sustentou a necessidade da educação das mulheres, devido a serem elas as professoras responsáveis pela educação dos homens, pois caberia aos mesmos o futuro da nação.

As mulheres vivenciaram tantos empecilhos e barreiras de acesso à educação formal que podemos compreender o porquê, mesmo com a lei de 1879<sup>3</sup> que permitiu a inclusão delas no ensino superior, demorou a que tão poucas ingressassem pela primeira vez em faculdades<sup>4</sup>.

No cenário educacional do período, o Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940, aponta que das 2.088.126 pessoas escolarizadas, as mulheres eram 49,83% dos que concluíram o grau primário; 48,12% do grau médio; e 9,06% do universitário. No grau superior, os cursos priorizados pelo público feminino foram os de música (85,31%), de assistência social e serviços sanitários (67,94%). “O acesso a maiores oportunidades

---

funda-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho.

<sup>3</sup> Lei Saraiva, permitiu às mulheres o acesso aos cursos superiores, mas poucas puderam ingressar, pois não havia escolas preparatórias para o público feminino.

<sup>4</sup> O primeiro diploma de uma brasileira formada no território nacional foi da Rita Lobato em 1887 no curso de Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1926 tínhamos a primeira mulher negra Maria Rita de Andrade, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e somente em 2006, tínhamos a primeira mulher indígena, Maria das Dores de Oliveira da etnia *pankararu* doutora pela Universidade Federal de Alagoas. ROSEMBERG, 2013, p. 337 -338.

educativas parecia continuar referendando papéis e/ou escolha de carreira tradicionalmente reservados às mulheres”.<sup>5</sup>

Ainda conforme o Censo Geral de 1940, as mulheres passaram a ocupar timidamente novos postos e áreas de atuação profissional. As profissionais liberais (médicas, veterinárias, dentistas, farmacêuticas) correspondiam a 0,05% das atividades. As principais ocupações femininas consistiam em: atividades domésticas não remuneradas (70,74%), serviços domésticos remunerados (3,99%), professoras (7,23%), trabalhadoras industriais (2,17%) e agricultoras em geral (9,69%). Com esses dados, verifica-se que a esfera do trabalho feminino ainda era representada nas atividades do trato de doentes, educação e cuidados domésticos. As ocupações das mulheres eram relacionadas às qualidades esperadas do ser feminino (dedicação, paciência e afeto). Considerada uma atividade contemplativa dessas qualidades, a docência foi sendo desenvolvidas cada vez mais por mulheres e assim, elas se integralizaram ao mundo do trabalho assalariado, exercendo o que lhes cabiam na divisão sexual do trabalho. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho embora tenha garantido um viés para a possibilidade de “independência”, sobretudo a financeira e garantias de permanência na esfera pública a divisão dos papéis dentro das famílias permaneceram engessadas. Com todas as mudanças sociais ocorridas, o modelo patriarcal permaneceu vigente na sociedade.

Como percebemos, ao longo da história e na primeira metade do século XX, as mulheres brasileiras enfrentaram muitas barreiras e venceram diversos desafios. Obtiveram alguns direitos assegurados com muita luta e resistência. No entanto, ainda tinham vários obstáculos a superar. Contudo, mesmo com limitações as mulheres se educaram, educaram outras mulheres e também os homens e há algum tempo vencendo preconceitos e dificuldades chegaram e permanecem educando e abrindo novos caminhos para o público feminino nas Universidades. Sob esse cenário de novidades e mudanças que as primeiras mulheres do Departamento de Geografia da USP iniciam as suas carreiras.

---

<sup>5</sup> TUPY, p. 125

## 2. A Fundação da USP

Para compreender a conjuntura da Universidade de São Paulo há necessidade de contextualizar brevemente o período da sua fundação. Nos anos 20, o estado de São Paulo ainda estava sob a predominância da cafeicultura, mas a indústria começava a apresentar um crescimento significativo impulsionado pela 1ª Guerra Mundial e a necessidade de substituições de importação para prover o abastecimento do mercado interno. Boa parte dessa indústria emergente era composta pelos setores têxteis e alimentícios que, historicamente, empregavam a força de trabalho feminina. O crescimento demográfico desse período foi expressivo, contando com a imigração européia vinda ainda para o cultivo e para o trabalho nas indústrias, comércios e serviços que se instalavam no meio urbano. Nesse período, cerca de 70% da população do estado de São Paulo não sabia ler e nem escrever, taxa que diminuiu para 60% em 1940<sup>6</sup>.

No âmbito da política, a década de 20 foi um período de mudanças significativas no Estado. Na eleição presidencial de 1929, ainda sob o regime “café com leite”<sup>7</sup>, o candidato paulista Júlio Prestes venceu, mas o resultado foi contestado pelos opositores levando à *Revolução de 30*, liderado por Getúlio Vargas que assumiu o governo como Chefe do Governo Provisório. Numa tentativa de retomar parte da sua hegemonia política, o estado de São Paulo desencadeia a Revolução Constitucionalista de 1932 reivindicando uma nova Constituição Federal. O movimento foi derrotado e o Estado de São Paulo passou a ser governado por interventores.

Em 1934, como demanda das elites de São Paulo, o interventor federal *Armando de Salles Oliveira*<sup>8</sup> funda a Universidade de São Paulo. Segundo o decreto de criação<sup>9</sup>, a USP abrangia os seguintes fins: *promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou seja, úteis à vida; formar especialistas em todos os ramos da cultura e técnicos profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; realizar a obra de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pela*

---

<sup>6</sup> BLAY, 1984.

<sup>7</sup> Acordo pressupunha a alternância entre presidentes paulistas e mineiros.

<sup>8</sup> Armando Salles de oliveira, engenheiro e jornalista. Foi diretor e acionista do jornal O Estado de São Paulo. Em 1935 elegeu-se governador do Estado de São Paulo, renunciou ao cargo para disputar a presidência da República. Com a implantação do Estado Novo em 1937 foi preso e exilado.

<sup>9</sup> Decreto 6283/34 de 25/01/1934.

*rádio, filmes científicos e congêneres.*

Do ponto de vista político, a universidade formaria as elites dirigentes do país e/ou pessoas para o exercício de funções superiores. Do ponto de vista social, para as pessoas de outras classes não dirigentes, a inserção no ensino superior torna-se uma possibilidade de ascensão socioeconômica.

Com a expansão industrial, na cidade de São Paulo eram cada vez mais exigidos trabalhadores qualificados, tornando urgente a necessidade do desenvolvimento do ensino médio e, para essa isso, houve uma grande demanda na formação de professores de ensino básico e técnico.

Fundada como espinha dorsal da USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFLC encarrega-se de duas demandas: a formação de professores e o desenvolvimento do projeto de reestruturação do ensino médio que seria irradiado para o Brasil. Nesse sentido podemos compreender o perfil da maioria dos estudantes da FFLC vinculados à docência.

Com a pouca procura por vagas nas carreiras de “Humanas” na USP, o Governo do Estado de São Paulo estabelece por meio de um decreto o ingresso de professores primários da rede pública para preenchimento das vagas ociosas. Com essa mudança, esses professores, na maioria mulheres, puderam assim ministrar aulas também no nível secundário. O então secretário da Educação Márcio Munhoz afirmou no diário oficial de março de 1935:

Considerando que o Estado tem interesse em elevar cada vez mais o nível cultural do professorado público primário; considerando que um dos meios para alcançar esses objetivos é facilitar-lhes a continuação dos estudos; considerando que a criação de numerosos estabelecimentos de ensino secundário impôs ao Estado a necessidade de preparar um corpo de professores capaz de reger os cursos desses estabelecimentos; considerando que a experiência tem demonstrado a eficácia da atividade docente dos professores primários que logram em ascender ao magistério secundário; considerando que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo é uma instituição destinada a formar especialistas, nos diferentes ramos da cultura, e técnicos e profissionais com bases científicas ou artísticas, resolve designar, no corrente ano, 50 professores do quadro do magistério público primário do Estado para, como ouvintes, frequentarem os cursos de especialização da FFCL da USP (SÃO PAULO, 1953, p. 22).

Essa medida contava também com um programa de comissionamento, assim os novos frequentadores do curso não precisavam abandonar seus postos de trabalho. Para acesso a essa condição, deveriam atingir a média sete em todas as disciplinas cursadas. Foi mediante a essa remuneração que estudantes de condições socioeconômicas desfavoráveis,

sobretudo mulheres, puderam concluir a graduação na FFLC.

Não podemos perder de vista que até então para adentrar na universidade era preciso concluir a escola normal. No cenário dos anos 20, onde 70% da população do estado de São Paulo era composta por analfabetos, podemos refletir sobre a quantidade de mulheres aptas a entrarem na universidade via “exame de ingresso” e o grupo social ao qual pertenciam.

Para contratação dos docentes universitários, os candidatos não encontrados em solo brasileiro foram contratados no exterior. No caso da USP, os professores estrangeiros de ciências sociais e humanas eram franceses e traziam consigo a metodologia de seu país, combinando o ensino e a pesquisa.

Na ocasião vieram para a Geografia, Pierre Deffontaines<sup>10</sup>, que no ano seguinte foi destacado para o Rio de Janeiro auxiliar na fundação do curso na antiga Universidade do Brasil. Posteriormente assumiu a cátedra de Geografia outro francês, Pierre Monbeig<sup>11</sup>. Nenhuma professora integrava esse primeiro quadro. Um detalhe importante é que naquela época as aulas dos professores franceses eram ministradas no idioma francês como relata o Prof. Aziz:

Havia um problema lingüístico a ser superado. Não era fácil chegar a um país da então distante e marginalizada América Latina, e, de pronto, aprender o português e ministrar aulas na língua local. Enquanto aprendia e se exercitava na fala do português, Monbeig ministrava todas as suas aulas em francês. Cabia à professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho a tarefa de paralelizar e fazer acréscimos aos temas tratados. A maioria dos alunos aceitou a solução encontrada e, certamente, beneficiou-se por ter tido a oportunidade de treinamento direto no terreno de uma segunda língua. Na época, quase toda a bibliografia nuclear da Geografia Humana era elaborada ou divulgada em francês. As próprias obras e idéias dos grandes mestres alemães e norte-americanos das ciências geográficas chegavam ao Brasil, via língua francesa. (AB' SÁBER, 1994. p. 221).

---

<sup>10</sup>Pierre Deffontaines, (1894-1978). Chegou ao Brasil em 1934, com 40 anos, na primeira “missão francesa” que comporia os quadros docentes da USP. Estudou Direito (1916) e História e Geografia (1918). (Custódio, 2001. p. 6).

<sup>11</sup>Pierre Monbeig, (1908-1987) Chegou ao Brasil em 1935, com 27 anos, foi professor de Geografia Física e Humana da USP, mas a partir de 1938 concentrou-se somente em Geografia Humana. Muito atuante, contribuiu para a criação do Conselho Nacional de Geografia em 1937 e ficou à frente da AGB por onze anos (1946), quando retornou ao país de origem. (Custódio, 2001. p. 5).

Figura 1. Professores fundadores da FFLC - 1934



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP. Os professores contratados reúnem-se para comemorar a fundação da FFLC.

### **2.1. O Departamento de Geografia- DG-USP**

Com a abertura dos cursos na FFLC a Geografia passou a ser ensinado em nível superior. O objetivo da antiga sub-seção de Geografia era formar profissionais para o magistério secundário e pesquisadores para os trabalhos de campo.

No primeiro ano de funcionamento do curso a cátedra de Geografia estava sob a responsabilidade do Prof. Pierre Deffontaines. Em 1935, a cátedra passou para a supervisão do Prof. Pierre Monbeig. Em 1939, a cátedra de Geografia foi desdobrada em duas: Geografia Humana e Geografia Física. A primeira foi ocupada pelo Prof. Pierre Monbeig até o ano de 1946, quando foi substituída pelo Prof. Ary França. A segunda ficou sob a responsabilidade do Prof. João Dias da Silveira. Em 1942, às duas existentes somou-se a cátedra de Geografia do Brasil, ocupada pelo Prof. Aroldo Edgar de Azevedo.

Sobre a grande influência que o catedrático francês Monbeig desempenhou na primeira geração de geógrafos brasileiros formados na USP, o Prof. Manuel Correia de Andrade em depoimento relata:

Teve também o cuidado de formar uma equipe de auxiliares diretos, com os assistentes que recrutou e levou a defender tese de doutorado, como Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Ary França, Nice Lecocq Müller, Renato Silveira Mendes e Pasquale Petrone. Enquanto isto, as outras cadeiras formaram também seus assistentes e doutores, como na Geografia do Brasil, os professores J.R. de Araújo Filho, Antônio da Rocha Penteadó e Aziz Ab'Sáber e na Geografia Física, Elina de Oliveira Santos. Estes professores formaram um grupo que deu à geografia paulista, durante mais de um decênio, uma projeção que a colocava como o

principal núcleo de geografia brasileira. E Monbeig, sempre amigo, sempre dedicado, sempre ativo, ajudava, animava e influía no grupo ao qual se ligou, não só prestigiando pesquisas e reuniões científicas como também estreitando, no após guerra, as relações entre este grupo e os centros universitários franceses (ANDRADE, 1994, p. 73-74).

No dia 4 de junho de 1946, foi criado o Departamento de Geografia no interior da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e somente em 1956 o curso de Geografia foi desmembrado do curso de História<sup>12</sup>. Em 1963, o Instituto de Geografia foi fundado. Os esforços para a fundação ocorreram, entre outras coisas, devido às demandas específicas do curso que não eram atendidas. A área de geografia carecia de recursos específicos, especialmente o financeiro, para o desenvolvimento e fomento das atividades pertinentes como laboratórios, publicações de editoriais e trabalhos de campo. Com a criação do Instituto de Geografia a entidade passou a ter direito a orçamento próprio e assim puderam-se realizar as deliberações favoráveis. Por um período funcionaram conjuntamente o Departamento de Geografia e o Instituto que foi desativado por decisão da Universidade que via a duplicidade de funções com o DG.

## 2.2. A presença feminina na FFLC

No primeiro ano de funcionamento a Faculdade de Filosofia foi dividida em oito cursos com um total de 182 alunos matriculados dos quais apenas oito eram mulheres. Já no segundo ano, os frequentadores subiram para 218 com aumento surpreendente do quadro feminino para 77 e a diminuição do masculino para 141.

O curso de Geografia e História - nessa época oferecido conjuntamente - acompanhou essa tendência, recebendo apenas 16 homens em seu primeiro ano, e no seguinte, 13 homens e 16 mulheres. Eram três anos para se formar em bacharel. Havia um quarto ano somente para a parte de didática que correspondia à licenciatura e existia também a especialização, o equivalente hoje ao mestrado.

Tabela 1. Matrículas por Gênero - 1934 - 1935

Curso	Matrículas					
	1934			1935		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Hist/Geo	16	0	16	13	16	29

Fonte: (BLAY, 2004, p. 50) adaptado.

<sup>12</sup> [www.geografia.fflch.usp.br](http://www.geografia.fflch.usp.br)

A primeira turma da FFLC formou-se em 1936. No curso de Geografia e História foram sete homens diplomados. Em 1937 formam-se as primeiras mulheres.

Tabela 2. Primeiras formandas em Geografia e História - 1937

Curso	Formandas
	1937
Hist/Geo	Branca da Cunha Caldeira
	Alice Piffer Canabrava
	Maria Ferrante
	Maria Duarte Gonçalves
	Aurélia Marino
	Aurelita Penteado
	Risoleta Violante Pereira
	Eunice Almeida Pinto
	Antonieta de Paula Souza
	Maria Mendes Torres

Fonte: (CERDEIRA, 2001, p. 107) adaptado.

Figura 2. Uma parte da primeira turma e seus professores - Década de 1930.



Fonte: Acervo de Alice Canabrava. BLAY, 2004, p. 48-49. Da esquerda para a direita: 1ª mulher não identificada, Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Maria Conceição Vicente de Carvalho, 6ª Branca da Cunha Caldeira.

Desse primeiro grupo de formandas, encontramos um artigo de Branca da Cunha Caldeira, publicado na quarta edição da revista *Geografia* ainda no ano de 1935. O texto discorre sobre “*A indústria Têxtil Paulista*”. No ano seguinte, também na revista *Geografia*, Antonieta de Paula Souza publica um artigo sobre “*Impressões de viagens ao*

*longo do Rio Paraná”.*

Outro nome conhecido dessa primeira turma é o de Alice Piffer Canabrava (1911-2003) que, em 1942, doutorou-se em História com a tese “*O comércio português no Rio do Prata, 1560-1640*”. A pesquisa recebeu elogios da crítica nacional e internacional, foi considerada inovadora para época devido os métodos e as técnicas que utilizou. Em 1946, Alice se inscreveu no concurso para a cátedra de História da América da USP, obteve a média mais alta nas provas, mas segundo o regulamento vigente, a decisão era dos membros da banca que decidiram pelo concorrente masculino. Em 1951, enfim obteve uma cátedra, se tornando a primeira mulher catedrática da USP, porém não mais na FFLC e sim na Faculdade de Economia (FEA) onde desenvolveu toda a sua carreira acadêmica. Permaneceu em atividade até 1981 quando foi aposentada compulsoriamente por ter completado 50 anos de dedicação ao ensino público. Em 1985 foi eleita professora emérita da USP.

É importante destacar que só é possível discorrer sobre a trajetória de Alice Piffer Canabrava por conta das publicações e considerações produzidas a seu respeito, inclusive o seu acervo encontra-se no IEB<sup>13</sup>. Infelizmente esse cenário não é a realidade das outras mulheres abordadas nesse trabalho. Não foram encontrados referências sobre os demais nomes femininos da primeira turma.

Em depoimento, o Professor Pierre Monbeig faz apontamentos sobre as diferenças significativas entre os estudantes das turmas do primeiro e do segundo ano da FFLC:

A Faculdade de Filosofia atraiu moços já nutridos de uma boa cultura, alguns dos quais, pela idade, já com uma soma regular de conhecimentos. No segundo ano, o grupo composto de professores comissionados, de moças, sobretudo, bem mais novas que os primeiros, ofereceu ao professor um ‘material’ diferenciado. De um lado uma minoria desejosa de complementar sua cultura geral, tendo o gosto das ideias e das discussões; de outro, um grupo de jovens animado de ardor para o trabalho, conhecendo suas possibilidades, mas, também, sabendo que antes de tudo são professores e por essa razão foram enviados à Faculdade. (BLAY, 2004, p. 57).

Devido à presença significativa do contingente feminino desde o segundo ano do curso, as primeiras estudantes consideradas pioneiras, abriam “caminhos” para as seguintes, porém “conforme a tendência da época, a área técnica era considerada mais propícia ao sexo masculino e o magistério era visto como a profissão adequada para a

---

<sup>13</sup>Instituto de Estudos Brasileiros.

mulher”.<sup>14</sup> Vale ainda ressaltar que algumas estudantes ocuparam funções e cargos de auxílio às pesquisas e teses desenvolvidas pelos docentes da época, inclusive indo a campo para coletar dados.

Um pouco da atmosfera das excursões de campo, metodologia de ensino e as relações dos estudantes dos primeiros anos de curso da geografia uspiana - que hoje atualmente parece comum, naquela época era novidade - podem ser conferida no relato de Alice Canabrava:

Guiados pelo professor realizávamos, a miúdo, excursões que, não raro, ultrapassavam as fronteiras do Estado, para estudar ao vivo a paisagem – a síntese dos fenômenos geográficos. Apesar da fadiga da viagem, em ônibus pouco confortáveis, o subir e descer dos morros, o acompanhamento a pé do traçado dos rios, os percursos pelas cidades para entender o desenvolvimento do núcleo urbano, as viagens foram sempre vividas com muita alegria. Sobretudo, aprendíamos a observar, com as explicações *in loco*, e nos preparávamos sem saber para a pesquisa geográfica. (...)Era também a oportunidade para a confraternização entre os estudantes das várias classes, com animadas conversas no hotel, ao jantar e à noite, muitas vezes os cantares no percurso do ônibus pelas estradas. Compensavam o ônus da complementação obrigatória do relatório final. Ninguém escapava ao sentimento da crescente intimidade com a nossa terra e a nossa gente, despertado pela compreensão científica do meio natural e a obra do homem, nas suas relações com aquele, o mútuo entrelaçamento de influências (BLAY, 2004, p. 93).

Figura 3 e Figura 4. Excursões de Geografia



Fonte: Acervo de Olga Pantaleão. BLAY, 2004, p.81, 95. Na figura da esquerda, na primeira fileira: Ary França e Jandyra França Barzaghi, de chapéu. Na 2ª fileira, à esquerda, Olga Pantaleão. Na figura da direita, Olga Pantaleão de pé. Irmãos e primos sempre acompanhavam as estudantes.

<sup>14</sup>CERDEIRA, Cleide Maria Bocado. O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo. p. 139.

Figura 5. Excursão ao Pico do Jaraguá - 1937



Fonte: Acervo de Olga Pantaleão. BLAY, 2004, p.118.

No fim da década de 30 tínhamos um equilíbrio no número de formados, 23 mulheres e 23 homens. Na década seguinte a incursão feminina passou a ser maioria sendo 139 mulheres e 69 homens, tendência que se repetiu na década de 50, com 146 mulheres e 71 homens. O curso de Geografia desmembrou da História em 1957, entre 1957/59 se formaram em Geografia 42 mulheres e 17 homens.

Figura 6. Formandos da 2ª Turma de FFLC - 1937



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP. Formandos e professores diante da Catedral da Sé, em São Paulo (SP). Não há registros dos nomes.

Figura 7. Formandos da 3ª Turma FFLC da USP - 1938



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP. Formandos da terceira turma no Clube Comercial, 2 de maio de 1939. Da esquerda para direita: em pé, 1ª mulher, Ruth Alcântara, Filomena Turelli, Cecília de Castro e Silva. Sentadas: 2ª mulher, Maria Conceição Vicente de Carvalho e última, Olga Pantaleão.

Figura 8. Excursão de campo no Vale do Ribeira- SP - Década de 40



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP

Figura 9. Excursão de campo com o professor Aroldo de Azevedo para Poá- SP - 1945



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP. Na Figura 9, embora tenhamos inúmeras mulheres, a única pessoa de quem sabemos o nome, é do homem à direita, Aziz Nacib Ab'Sáber.

### **2.3. A Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB**

Outro órgão de extrema importância para o desenvolvimento da ciência geográfica nacional foi a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, fundada em 17 de setembro de 1934 na casa do professor Pierre Deffontaines, com a presença de Caio Prado Júnior, Rubens Borba de Moraes e Luis Flores de Moraes Rego<sup>15</sup>. O geógrafo Manuel Correia Andrade elucida a importância da associação:

A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da Geografia brasileira, no período em estudo, decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do País para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não havia cursos de pós-graduação em Geografia, contribuindo para consolidar a formação de geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo para que se conhecessem melhor estas áreas e os seus problemas (ANDRADE, 2006, p.146).

Dez anos após a fundação, em 1944, a AGB passou a ser uma entidade de dimensões nacionais. As primeiras seções regionais foram criadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Bahia. Em 1946, a AGB realizou no

---

<sup>15</sup>Advogado e escritor, bibliófilo e biblioteconomista e geólogo e professor da Escola Politécnica.

município de Lorena, São Paulo, a sua primeira reunião nacional, sucedida até 1955 por inúmeras reuniões anuais. No ano seguinte, em 1956, a AGB promoveu o XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional.

A organização da entidade até o início dos anos 70 era caracterizada como uma associação de pesquisadores. Após a reunião de 1978 realizada em Fortaleza - CE, a AGB passou por uma renovação de sua perspectiva organizacional “que se refletiu no processo de reformulação de seu estatuto que a tornou uma associação mais integrada à luta pelos direitos humanos e ao debate político e democrático da sociedade”<sup>16</sup>. A associação editou periódicos científicos e, como entidade, resistiu em tempos de repressão, organizou encontros e congressos, discutiu e perseverou o debate da Geografia no Brasil.

Atualmente a AGB tem como objetivo: *“pesquisar e divulgar assuntos geográficos, principalmente brasileiros, bem como colaborar para o desenvolvimento do ensino da geografia em todos os níveis. Acolhe em seu quadro social não só geógrafos licenciados e bacharéis, mas também técnicos, pesquisadores e estudantes, além de especialistas em ciências afins e estudiosos em geral”*<sup>17</sup>.

Nos primeiros anos de fundação não houve mulheres nas funções administrativas, somente colaboradoras, mas não demorou muito para que as geógrafas compusessem o corpo de associados efetivos e desempenhassem papéis em sua organização, porém, só houve uma mulher no cargo de presidência quase quatro décadas depois, em 1972.

No período de mais de 70 anos (1934-2008) tivemos oito mulheres presidentes, enquanto que no mesmo período foram 34 homens, sendo que muitos repetiram o mandato por mais de uma vez. A primeira mulher presidente da AGB ligada à USP foi a professora Odette Carvalho de Lima Seabra<sup>18</sup> em 1994.

---

<sup>16</sup> [www.agb.org.br](http://www.agb.org.br)

<sup>17</sup> [www.agbsaopaulo.org.br](http://www.agbsaopaulo.org.br)

<sup>18</sup> Possui Graduação em Geografia USP; especialização em Economia Regional e Urbana - USP; mestrado em Geografia (Geografia Humana) USP, doutorado em Geografia (Geografia Humana) USP e também Livre Docência. Atualmente exerce função de Professora Associada no DG -USP; orienta em duas linhas de pesquisa: "Urbanização e modo de vida" e, "Urbanização e a Economia Política do Espaço". ([www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/88703/odette-carvalho-de-lima-seabra](http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/88703/odette-carvalho-de-lima-seabra))

Tabela 3. Geógrafas presidentes da AGB - 1934 - 2008

Geógrafas na Presidência da AGB		
Período	Nome	Instituição de origem
1972-1974	Lísia Maria Cavalcanti Bernardes	IBGE/UFRJ
1979 (dez)	Beatriz Pontes	UNESP
1982-1984	Sheila Bitencourt Salek Spada	UFF
1988-1990	Arlete Moysés Rodrigues	UNICAMP
1994-1996	Odette Seabra	USP
2000-2002	Dirce Maria Suertegaray	UFRGS
2006 (mai-jul)	Marisia Buitoni	PUC-SP
2008-2010	Alexandrina Luz	UFSE

Fonte: (ANTUNES, 2008, p. 84-85) adaptado.

Sob a responsabilidade da AGB, foram produzidos periódicos de temática geográfica. Entre 1935 e 1936 era editado o primeiro periódico, a revista *Geografia*. Com o incentivo do Conselho Nacional de Geografia - CNG, em 1941, a AGB começa a publicar o *Boletim da AGB* como uma seção da *Revista Brasileira de Geografia*, editada pelo IBGE. Já na edição seguinte, torna-se uma publicação autônoma com duração até 1944. Pouco mais tarde, em 1949, era editado o *Boletim Paulista de Geografia - BPG*, produzido até os dias atuais (agora com o formato eletrônico). Esse periódico, após 68 anos, ainda é um dos principais veículos que se propõem a promover debates científicos no meio geográfico.

É importante destacar que inicialmente as produções científicas publicada nos periódicos da AGB estavam sob as decisões dos professores-pesquisadores estrangeiros, ou de outros pesquisadores da área de humanas. Na medida em que se aumentam os geógrafos de formação “nacional”, seus trabalhos e artigos passam a ser incorporados nas publicações.

As mulheres publicaram artigos nos periódicos desde 1935, porém com uma tímida participação se comparada com a dos homens. Se considerarmos o período de quase 40 anos, 1935 a 1974, nos periódicos, *Geografia*, *Boletim da AGB* e *Boletim Paulista de Geografia*, têm cerca de 320 publicações de autoria masculina, enquanto somente 26 são de mulheres, a soma da produção feminina não atinge nem 10% da masculina.

Das publicações femininas podemos acompanhar o tipo de assuntos geográficos discutidos na época e a transição de temas e abordagens. Os primeiros trabalhos são ligados ainda à metodologia da geografia regional e aos poucos são inseridos outros fenômenos e áreas do conhecimento como economia, urbanização e industrialização.

Outra característica a se considerar são as variedades de publicações: a tendência eram os homens publicarem artigos acadêmicos, críticas e notas, homenagens, resenhas de livros, transcrições de obras, noticiário e editorial, enquanto as publicações das mulheres eram artigos acadêmicos e homenagens.

Na tabela a seguir estão as produções femininas entre os anos de 1935 e 1974, com destaque para as produções das mulheres dessa pesquisa.

Tabela 4. Produções femininas nos periódicos, Geografia, Boletim da AGB e Boletim Paulista de Geografia - 1935 -1974

Ano	Periódico	Nº	Tipo	Título	Autor
1935	GEOGRAFIA	4	Artigo	A Indústria Textil Paulista	Branca da Cunha Caldeira
<b>1935</b>	<b>GEOGRAFIA</b>	<b>4</b>	<b>Artigo</b>	<b>O ensino secundário da Geografia</b>	<b>Maria da Conceição Vicente de Carvalho;</b> Aroldo de Azevedo; Pierre Monbeig
1936	GEOGRAFIA	2 e 3	Artigo	Índios na Bolívia	Dina Levi-Strauss
1936	GEOGRAFIA	4	Artigo	Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná	Antonieta de Paula Souza
1936	GEOGRAFIA	4	Artigo	Regiões jovens do Mediterrâneo (Delta do Ebro)	Juliette Monbeig
1944	Boletim AGB	4	Artigo	Belo Horizonte	Nícea Vilela Luz
<b>1944</b>	<b>Boletim AGB</b>	<b>4</b>	<b>Artigo</b>	<b>Impressões de viagem sobre o Paraguai</b>	<b>Elina de Oliveira Santos</b>
<b>1949</b>	<b>BPG</b>	<b>1</b>	<b>Artigo</b>	<b>"Habitat" e Gêneros de vida uma Vila do Litoral Paulista</b>	<b>Nice Lecocq Müller</b>
1951	BPG	9	Artigo	A cidade de Olímpia	Ely Goulart Pereira de Araujo
1951	BPG	9	Artigo	Propriedades de japoneses na região de Cotia	Emília da Costa Nogueira; Francisca M. Nunes
<b>1952</b>	<b>BPG</b>	<b>12</b>	<b>Artigo</b>	<b>Geomorfologia da região de Sorocaba e alguns de seus problemas</b>	<b>Eliana de Oliveira Santos</b>
<b>1954</b>	<b>BPG</b>	<b>16</b>	<b>Artigo</b>	<b>Em menos de um século, a cidade de São Paulo viu alterar-se profundamente sua fisionomia urbana</b>	<b>Nice Lecocq Müller</b>
<b>1956</b>	<b>BPG</b>	<b>22</b>	<b>Artigo</b>	<b>Contribuição ao estudo do norte do Paraná</b>	<b>Nice Lecocq Müller</b>
<b>1956</b>	<b>BPG</b>	<b>24</b>	<b>Artigo</b>	<b>Ponta Grossa, capital regional do Oeste do Paraná</b>	<b>Eliana de Oliveira Santos</b>
1958	BPG	28	Artigo	Feira de Santana e o comércio do gado	Ana Dias da Silva Carvalho
<b>1959</b>	<b>BPG</b>	<b>33</b>	<b>Artigo</b>	<b>Carl Ritter, o homem e o geógrafo</b>	<b>Nice Lecocq Müller</b>
1961	BPG	37	Artigo	As chuvas e o escoamento na Bacia do Paraguaçu, BA	Nilda Guerra de Macedo; Teresa Cardoso da Silva; Dorcas Ferreira Chagas
<b>1961</b>	<b>BPG</b>	<b>38</b>	<b>Artigo</b>	<b>Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros</b>	<b>Nice Lecocq Müller</b>
1964	BPG	41	Artigo	Pirapora do Bom Jesus, Centro Religioso do Alto Tietê	Maria Cecília França
1968	BPG	45	Artigo	Aspectos da organização do espaço no bairro rural dos Pires, Município de Limeira	Liliana Laganá Fernandes
1971	BPG	46	Artigo	Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização	Maria Adélia Aparecida de Souza
1971	BPG	46	Artigo	Relação das publicações existentes na Biblioteca da AGB - Seção Regional de SP	Marisia M. Santiago; Teluko Yonemoto
1972	BPG	47	Artigo	O bairro industrial do Jaguaré, SP	Léa Goldenstein; Rosa Ester Rossini
<b>1973</b>	<b>BPG</b>	<b>48</b>	<b>Homenagem</b>	<b>João Dias da Silveira</b>	<b>Elina de Oliveira Santos</b>
1974	BPG	49	Artigo	Formação Macacu - Variações texturais e aproveitamento econômico	Antonia Maria Ferreira Monteiro; Ana Luiza Coelho Netto; Maria Regina Mousinho de Meis
1974	BPG	49	Artigo	Os centros industriais do estado de São Paulo	Beatriz Maria Soares Pontes

Fonte: AGB- Seção São Paulo, 2016; CUSTÓDIO, Vanderli, 2012.

### **2.5. XVIII Congresso Internacional de Geografia**

Em 1956, foi realizado no Rio de Janeiro o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Houve grande participação de professores e estudantes em atividades como excursões de campo, apresentação de teses e pesquisas, cursos, debates, entre outros.

Com o congresso, inúmeros professores brasileiros e estrangeiros puderam ministrar cursos e socializar as experiências da atuação na Geografia de diferentes regiões do mundo e discutirem a situação geral que se encontrava a ciência geográfica.

Portanto, a compreensão do processo de institucionalização da Geografia no Brasil e a análise de algumas das instituições onde o mesmo ocorreu nos possibilitaram o entendimento do contexto com o qual as obras das pioneiras irão dialogar. No próximo capítulo deste trabalho, buscaremos apresentar as trajetórias acadêmicas das quatro geógrafas analisadas nesta pesquisa à luz deste contexto.

### 3. Pioneiras

Escolhemos quatro mulheres consideradas pioneiras na Geografia da USP para o desenvolvimento desta pesquisa. Tivemos como critério, além do pioneirismo, a permanência na carreira e as diferentes áreas de atuação. As três primeiras já encerraram suas trajetórias em vida, mas certamente foram figuras importantes que merecem serem recordadas. A quarta, mesmo aposentada, ainda permanece em atividade no DG.

A primeira trajetória é sobre *Maria Conceição Vicente de Carvalho*, primeira mulher a defender uma tese de doutorado em Geografia no Brasil. A segunda é a respeito da *Nice Lecocq Müller*, primeira livre-docente feminina do DG. A terceira trajetória é sobre *Elina de Oliveira Santos*, primeira docente na área de Geografia Física e a quarta, *Rosa Ester Rossini*, a primeira geógrafa a inserir o Gênero no debate geográfico brasileiro.

Acreditamos que este trabalho possui uma limitação de investigação e de tempo hábil, por isso, muitas mulheres contemporâneas às pioneiras não serão apresentadas. Esperamos que num futuro próximo essa temática fosse retomada para que a história das mulheres no DG esteja completa.

#### 3.1. Documentos

Para falar sobre a trajetória acadêmica das três primeiras pioneiras buscamos por documentos históricos que continham alguma menção de seus nomes. Foram consultadas entrevistas nos periódicos de geografia, buscas por publicação de homenagens, visita aos acervos da AGB, CAPH e do IEB. Nesses referenciais e arquivos foram encontrados alguns materiais; desses, poucos nos diziam sobre suas trajetórias. Em julho deste ano, recorremos ao Serviço de Expediente da FFLCH em procura de registros institucionais. Recebemos a confirmação junto com uma listagem dos tipos de documentos arquivados no setor de variáveis ordens como Contrato autárquico; Acumulação de cargos; Contagem de tempo de serviço; Nomeações entre outros. Esses documentos foram colocados a nossa disposição, mas só pudemos tirar fotografias dos mesmos. No total foram mais de 680 fotos registradas.

O resgate desses documentos em meados do mês julho deste ano trouxe surpresa e grande entusiasmo, ademais, alterou a perspectiva e o recorte temporal deste trabalho. O motivo para a satisfação atribui-se ao fato de encontrarmos os registros da atuação dessas mulheres no curso de Geografia, já que não tínhamos nenhum documento oficial além dos

poucos depoimentos e algumas notas de rodapé.

Para discorrer sobre a trajetória de Rosa Ester Rossini, consultamos seu memorial, bem como o seu currículo Lattes e tivemos a oportunidade de realizarmos uma entrevista.

A proposta inicial desta pesquisa era apresentar e discutir outros assuntos sobre a temática de Gênero no Departamento de Geografia da USP, mas com os novos elementos que surgiram percebemos a importância e a necessidade de revisitar ainda mais a nossa memória institucional.

Sobre os registros, nos deparamos com um cenário de pouca preservação da memória via documentos institucionais. Embora guardados, notamos que várias folhas estavam com o estado de conservação comprometido. Esperamos que a digitalização chegue a tempo a esses materiais.

Com base nesses e em outros documentos, pretendemos contar um pouco sobre as trajetórias da primeira geração de mulheres-geógrafas do departamento, e nos permitir compreender alguns dos desafios enfrentados em suas carreiras. A reconstituição (com muitas lacunas) da trajetória acadêmica dessas mulheres foi base para a elaboração de um processo de construção de memória, entretanto, agora se faz numa temporalidade e num contexto cultural e histórico descolado do original. De todo modo, entendemos que a revisão do passado é importante para a compreensão do presente.

### **3.2. Maria da Conceição Vicente de Carvalho**

Nasceu em Santos, no dia 23 de março de 1906, faleceu em 2002. Formou-se em Química Industrial na Faculdade de Engenharia Mackenzie no ano 1927. Em 1929 começou a lecionar geografia para o nível secundário no colégio Mackenzie. Com o diploma que dispunha, ingressou na Seção de Geografia da FFLC no ano de 1936. Graduou-se no bacharel em 1938 e na licenciatura em 1939. Em 1938, fez curso de especialização e extensão universitária em Geologia na POLI-USP.

Em 23 de novembro de **1944**, - dez anos após a abertura do curso de Geografia na USP - **Conceição defendeu a primeira tese de doutorado em Geografia do país**, com o título, *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista*, sob a orientação de Pierre Monbeig.

Nos anos 1951/1952, fez curso de especialização em *Geografia Tropical* na Universidade de Paris. Quatro anos depois, se especializou em *Altos Estudos de Geografia para Professores*-Universidade do Brasil e em 1959, concluiu a última especialização,

*Planejamento Regional* - FAU-USP. No total foram duas graduações, quatro especializações e um doutoramento.

Figura 10. Maria Vicente de Carvalho - Colação de Grau - 1938



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP.

Importante destacar que essas informações estão descritas no “currículo” encontrado no arquivo “*contagem de tempo de serviço*”, datado de março de 1965. De acordo com ele, Conceição exerceu os seguintes cargos no DG-USP:

1939 - Assistente adjunta de 2ª categoria.

1939 - Assistente adjunta de 1ª categoria.

1940 - Assistente adjunta da Cadeira de Geografia Humana.

1942/1946 - Primeira assistente em comissão junto à Cadeira de Geografia Humana.

Em outras Instituições:

1929/1945 - Professora de Geografia dos cursos ginásial e colegial no Instituto Mackenzie em São Paulo.

1946 - Tornou-se geógrafa do Conselho Nacional de Geografia - CNG

1947/1958 - Professora dos cursos de aperfeiçoamento de professores secundários na Universidade do Brasil - RJ.

1948 - Professora de Geografia Regional dos Países Migrantistas no curso de Técnicos de Imigração e Colonização no Instituto Nacional de Imigração - RJ.

1948/1950 - Professora de Geografia Humana na Faculdade Fluminense - RJ.

1950/1953 - Assistente de Geografia da Cadeira de Geografia do Brasil na PUC-RJ.

1953 - Professora de Geografia das Américas no curso preparatório para a Escola do Estado Maior da Aeronáutica - RJ.

1955/1958 - Professora de Geografia Humana no Instituto Santa Úrsula - RJ.

1956/1958 - Professora de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia de Sorocaba -SP.

1957/1958 - Regente da disciplina de Histórias das Explorações Geográficas na Universidade do Brasil - RJ.

1959/1972 - Professora de Geografia Humana e do Brasil e de Geografia Humana e Econômica na Faculdade de Filosofia de Marília - SP (atual UNESP).

Conceição publicou vários trabalhos entre 1935 e 1955, proferiu palestras entre 1944 e 1964, participou e fez parte da organização de congressos entre os anos de 1940 e 1964, realizou excursões de estudos geográficos em todas as regiões do país e também na França e Grã-Bretanha.

Fez-se sócia efetiva da AGB/AGB-RJ (ocupou vários cargos) e na Sociedade Brasileira de Geografia; foi sócia correspondente do Instituto Histórico - BA; sócia fundadora da Sociedade de Estudos Históricos - SP e Associação de Professores Universitários de História - SP e também sócia da Associação dos Geógrafos Franceses. Foi membro correspondente do Comitê de Geografia Urbana, Instituto Pan-Americano de Geografia e História da Organização dos Estados Americanos.

Ainda sobre a sua primeira formação universitária na década de 1920, Conceição fala do rompimento de barreiras, “Fiz parte das quatro primeiras alunas inscritas e diplomadas no curso superior do Instituto Mackenzie, das quais três de Química Industrial e uma, somente, no de Engenharia”<sup>19</sup>. Depois de se formar, por ter dificuldade de exercer a profissão, o presidente do instituto Mackenzie a aconselhou desistir da área cursada e ofereceu o cargo de professora de Geografia no ginásio do mesmo instituto. “Nele permaneci longos anos, autodidata como quase todos os professores da época, até a criação da Universidade”<sup>20</sup>. Lembrando que até então não havia uma formação de professores exclusiva para a disciplina de Geografia.

Optamos por chamá-la de Conceição, em razão de como era mencionada nos depoimentos lidos que versavam ao seu respeito. Em um deles, o Professor Ary França,

---

<sup>19</sup> BLAY, p.120.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 120.

colega de graduação e posterior professor catedrático do DG - USP comenta sobre o episódio do doutoramento dela:

Quanto a Pierre Monbeig, era o professor de Geografia (risos). Naquele tempo não havia uma distinção muito grande. Ele foi dando confiança para um, para outro, para cuidar da geografia agrária, de introdução à geografia, para cuidar de seminários e eu fui assistente dele também, mas só no final, porque a assistente dele era a Conceição Vicente de Carvalho. Ela foi assistente permanente e se entendia muito bem com ele. Mas a Conceição foi sendo alijada (sic) aos poucos, por que não queria fazer o doutoramento. Ela resistiu muito, estava sendo obrigada a fazer. Acabou fazendo no final, mas muito aborrecida e meio corrompida com Monbeig”<sup>21</sup>.

Uma hipótese sobre o episódio do doutoramento de Conceição é que possivelmente havia uma exigência para o cumprimento do modelo francês acadêmico, que combinavam ensino e pesquisa, e para permanecer na função de “assistente” era necessário desenvolver carreira científica. Não encontramos essas informações no estatuto universitário, nem em outras fontes institucionais, porém na entrevista concedida<sup>22</sup> pela geógrafa Ely Goulart (Araújo) ela comenta sobre o ambiente do DG na sua época de estudante e também sobre uma parte da trajetória do seu esposo<sup>23</sup>:

(...) ele gostava muito do que fazia, tanto que ele se candidatou a ser assistente, porque o Aroldo não tinha nenhum. A cadeira precisava de assistente, e ele se candidatou. Naquele tempo não tinha título nenhum, eram as notas mesmo do departamento. Ele já era professor secundário, ele dava aula em alguns colégios aqui em São Paulo e se candidatou. Então o dono da cadeira que ainda não era um catedrático porque o Aroldo era apenas contratado, comparou os candidatos e acabou escolhendo o Araújo, que se tornou assim o primeiro assistente. (...) E aí muito tempo depois é que **veio essa obrigatoriedade do assistente fazer a tese**. (Grifos nossos)

Com a formação das primeiras turmas de estudantes, a instituição procurou viabilizar o acesso à titulação acadêmica. Naquela época, quem produzia uma tese original, com ou sem orientação, inscreviam-se para a defesa e esse era o mecanismo de acesso ao Doutorado que vigorou durante as primeiras décadas na FFLC.

Ainda na década de 1940, mais uma geógrafa e três geógrafos formados na USP defenderam doutorado em Geografia, Nice Lecocq Müller; Ary França; João Dias da

---

<sup>21</sup> Entrevista em comemoração aos 70 anos do curso de Geografia - USP. Foi concedida em 10 de novembro de 2004 para Boletim Paulista de Geografia n. 81, p. 45-55, 2005.

<sup>22</sup> Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 81, p. 37-43, 2005.

<sup>23</sup> José Ribeiro de Araújo Filho foi professor catedrático do DG-USP.

Silveira e Renato Silveira Mendes. Na década seguinte são mais três doutoramentos, Elina de Oliveira Santos, José Ribeiro de Araújo Filho e Aziz Ab'Saber.

Com a reforma universitária de 1968 (um conjunto de reformas que o governo militar estabeleceu no setor educacional do país) a pós-graduação em Geografia foi regulamentada. Esse novo modelo significou a implantação de um sistema destinado a formar docentes voltados para o ensino superior e pesquisadores de excelência.

Entre os anos, 1959 e 1972, Conceição permaneceu como *Professora Contratada* de Geografia Geral e do Brasil vinculada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Em 1962, a diretoria do DG solicitou à reitoria da USP que Conceição fosse contratada (em substituição do Renato da Silveira) como *Professora Colaboradora* pelo prazo de 730 dias (dois anos) junto à disciplina de *Geografia Regional*. A solicitação foi atendida e foram firmadas em contrato as seguintes atribuições; ministrar aulas teóricas e práticas, participar das excursões de estudos e pesquisas e da organização dos arquivos e material de ensino da referida disciplina. O cumprimento de jornadas nas duas universidades paulistas não caracterizou acúmulo de cargo, já que eram diferentes áreas do conhecimento.

Com a proximidade do encerramento desse primeiro contrato, em 1964, o então diretor do DG, Ary França, solicitou a mediação das instâncias administrativas superiores da USP para que intercedesse junto à Direção da UNESP-Marília com a proposta de estender o contrato da Conceição por mais um ano.

Nas considerações do ofício, Ary justificou:

Devo esclarecer a V.Excia. que se trata de medida de grande interesse para o ensino de Geografia nesta Faculdade, não só por se tratar a **Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho de docente e pesquisadora competente e de grande experiência**, inclusive durante muitos anos nesta casa, **não havendo mesmo possibilidade de encontrar no país outro com idêntica qualificação para as funções.** (Grifos nossos)

O caminho dessa solicitação foi extenso. Primeiramente foi enviado para a direção da FFLC, depois para a reitoria, que encaminhou para a comissão de acumulação de cargo do Estado. Não foram encontrados as providências dessa solicitação, mas na sequência há outro documento, datado do ano de 1965, onde foi feita uma nova proposta para que Conceição assumisse o cargo de *Professora Assistente Doutora Extranumerária* pelo prazo de 1095 dias (três anos) com o regime de dedicação integral. A análise dessa nova solicitação percorreu as instâncias educacionais responsáveis e também outros órgãos

institucionais como a de Inspeção de Estatística, Secretaria Geral do CNG até chegar ao gabinete do Ministro de Estado dos Negócios e Interior.

Nessa nova solicitação Ary França declarou:

Devo encarecer, como já fiz em ofícios anteriores, que a colaboração da Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho à Disciplina de Geografia Regional torna-se imprescindível para que este importante setor da ciência Geográfica possa funcionar regulamente no curso noturno, pois a **cientista e professora em questão é altamente categorizada e não encontramos em nosso meio quem reúna melhores títulos para a função**. Peço, assim, que seja exposto ao Exmo. Sr. Ministro do Interior como será apreciada, no interesse da formação de estudantes desta Faculdade à colaboração ora solicitada de seu Ministério. (Grifos nossos)

A solicitação foi atendida e o contrato renovado. Há o acréscimo de remuneração e também das seguintes atribuições; ministrar aulas teóricas, práticas e trabalhos de seminários, colaborar com os demais membros da disciplina num trabalho de pesquisa a ser realizado na Região de Contato entre à Área do Cristalino e a Depressão Periférica do estado de São Paulo, particularmente nas Zonas de Itu e Salto, bem como nos trabalhos e reuniões administrativas e culturais do Departamento de Geografia. Maria Conceição Vicente de Carvalho nunca assumiu uma cátedra na FFLC, visto que ao retornar para o DG cumpriu outros regimes contratuais.

Em 1968, encerra-se o seu vínculo com a USP, mas permanece em exercício da função docente na UNESP de Marília. De acordo com os documentos “*contagem de tempo de serviço*”, Conceição solicita aposentadoria em 1969. Não conseguimos responder com exatidão quando a docente se aposentou, mas sabemos que foram dedicados mais de 40 anos de contribuição ao ensino e a pesquisa na Geografia.

Antes do acesso a esses documentos, não compreendíamos o porquê da primeira pessoa a defender um doutoramento nunca ter assumido uma cátedra. Lamentávamos esse fato e pensávamos em hipóteses de injustiças pautadas no contexto de uma sociedade patriarcal. Não sabíamos dizer se ela tinha cumprido o cargo de docente ou somente de assistente e também desconhecíamos o quanto ela foi considerada no meio geográfico.

Felizmente estávamos enganados, pois ao entrar em contato com uma parte da sua trajetória acadêmica, a reflexão que queremos trazer à discussão, é que, se durante a sua carreira Conceição foi ativamente produtiva e atuante por que ainda hoje sabemos tão pouco sobre as suas contribuições?

Algumas considerações finais sobre a sua trajetória social. Conceição era filha do

advogado, jornalista, político, deputado, poeta e contista brasileiro, Vicente de Carvalho. Refletimos sobre colocar ou não essa informação aqui pelo motivo de que muitas das vezes as mulheres são relacionadas à figura masculina mais próxima, se solteiras, como nesse caso, são referidas como filha ou irmã de alguém. Mas essa informação se fez pertinente visto que pesquisando sobre as suas produções, verificamos que em 1943 ela publicou junto com um dos seus irmãos (teve catorze) a biografia paterna<sup>24</sup>. O interessante é que o tema da sua pesquisa de doutorado foi sobre a cidade de Santos, também muito referida pelo seu pai que é considerado até hoje “o poeta do mar”<sup>25</sup>.

Não podemos desconsiderar que Conceição pertencia a uma família tradicional e de acessos as mais variadas experiências culturais e intelectuais como bons colégios, cursos, literatura, viagens ao exterior. Tais práticas, experiências e trajetória são determinantes para adquirir um capital cultural e social, nos termos pensados por Pierre Bourdieu. Essa vivência provavelmente colaborou para o desenvolvimento da sua leitura geográfica do mundo.

Na figura abaixo, da esquerda para direita temos: Aroldo de Azevedo, Ary França, Pierre Monbeig, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José Ribeiro de Araújo Filho e João Dias da Silveira em viagem ano nordeste.

Figura 11. Recife - PE - 1944



Fonte: Acervo particular Ary França. (Boletim Paulista de Geografia, 2009, p. 98)

<sup>24</sup> Maria da Conceição Carvalho; Alfredo Vicente de Carvalho. *Bio-Bibliografia de Vicente de Carvalho*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Academia Brasileira de Letras, 1943.

<sup>25</sup> As informações sobre o poeta Vicente de Carvalho podem ser conferidas no blog eletrônico mantido pela sua bisneta, [www.vicentedecarvalho.art.br](http://www.vicentedecarvalho.art.br)

Figura 12. Maria Conceição Vicente de Carvalho



Fonte: BLAY, 2004, p. 116.

### 3.3. Nice Lecocq Müller

Nasceu em São Paulo, no dia nove de novembro de 1920, faleceu em 2008. Em 1938, matriculou-se na seção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, concluiu o curso na modalidade licenciatura no ano 1940. Em 1941, cursou a especialização em Didática. Em 1940 e 1941 fez o curso da Escola de Biblioteconomia de São Paulo, recebendo também o diploma de bibliotecária.

Em **1946**, prestou as provas para doutoramento, com a tese *Sítios e Sítiantes* sob a orientação de Pierre Monbeig, em Geografia Humana, tendo obtido, com distinção, o grau de doutora pela FFLC - USP.

Em 1947, fez os cursos de pós-graduação de Geografia Humana na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1948, recebeu uma bolsa de estudos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo para estagiar no Departamento de Geografia da Universidade de Oxford, onde permaneceu durante os anos de 1948-1949.

Importante destacar que essas informações estão descritas no “*currículo vitae*” encontrado no arquivo “*contrato*”, datado do ano de 1952, de acordo com ele, de 1941 a 1952, Nice exerceu as seguintes atividades: treze Conferências, seis trabalhos publicados, oito diversas atividades científicas, entre elas há destaque para a participação, em 1950, da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre a Geografia.

Em 1952, foi indicada como representante do DG-USP, como integrante da delegação brasileira no Congresso Internacional de Geografia.

Figura 13. Nice Lecocq Müller - Colação de Grau - 1940



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP.

Até o ano de 1952, Nice exerceu os seguintes cargos no DG-USP:

1941-1947 - Contratada para auxiliar serviços técnicos e de ensino junto à Cadeira de Geografia Humana.

1950 - Assistente Auxiliar de Ensino na Cadeira de Geografia Humana.

Nas duas funções acima, Nice ficou encarregada dos seguintes cursos: Gêneros de vida, Geografia da circulação, Geografia da população e do povoamento, Gêneros de vida rurais, Introdução à geografia humana, A região industrial dos Estados Unidos (curso de especialização), O habitat rural e o meio urbano, o meio rural e o meio urbano e Geografia das indústrias.

Em outras Instituições de ensino exerceu as seguintes atividades:

1942 - Assistente da Cadeira de Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia de São Paulo.

1943-1951 - Professora da Cadeira de História do Livro da Escola de Biblioteconomia de São Paulo.

1947 - Professora adjunta da Cadeira de Geografia Humana da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

1950 - Professora contratada para a cadeira de Geografia Humana da Universidade Católica de São Paulo.

1951 - Professora catedrática da Cadeira de Geografia Humana da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Nice foi sócia efetiva da AGB e sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Figura 14. Turma de Geografia e História em Caieiras - SP - 1940



Fonte: Jornal Contato, 2013. Na fotografia acima, da esquerda para a direita: Nice é a sétima.

Com base nos arquivos: “*Contagem de tempo de serviço*” e “*Afastamento*”, encontramos outras informações sobre a carreira de Nice posteriores ao ano de 1952.

1952 - 1960 - Assistente de Ensino Padrão.

1960 - 1961 - Assistente da Cadeira de Geografia Humana.

Em 1964, torna-se professora Assistente Doutora com regime de dedicação integral à docência e à pesquisa no DG-USP. Ainda em 1964, representou o Brasil no XX Congresso Internacional de Geografia, realizado em Londres, Inglaterra. Em **1967**, torna-se **Professora Assistente Docente** responsável pela **regência da Cadeira de Geografia Humana**. A mudança de cargo ocorreu devido à aprovação no concurso de Livre-Docência. Este cargo faz jus ao de professor catedrático.

Ainda em 1967, temos a **primeira dissertação de mestrado orientado e defendido por mulheres**. Liliana Laganá apresenta a pesquisa sobre “*O bairro rural dos Pires: estudo de Geografia Agrária*”. Em 1968, já como professora docente, Nice representa novamente a delegação brasileira no XXI Congresso Internacional de Geografia

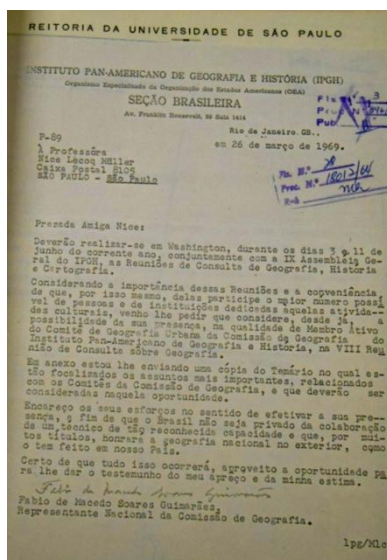
em Nova Delhi, Índia. Antes e depois do XXI Congresso, Nice é convidada a ministrar conferências na Universidade de Chicago, Instituto de Estudos latino-americanos.

De acordo com o relatório da viagem e comparecimento ao congresso, ela realizou as seguintes atividades: participação do Seminário sobre Planejamento Regional, excursão (de trem) ao redor da Índia e apresentação da Tese “*Organização do Espaço pela centralidade urbana no Vale do Rio Paraíba, São Paulo, Brasil*” sobre essa atividade, Nice afirmou em relatório:

A comunicação feita parece ter sido bem aceita, uma vez que, além do resumo já incluído nos Anais do Congresso, foi selecionado para a publicação na íntegra. No final do Congresso, tivemos a satisfação e honra de sermos indicada para participar, na qualidade de membro efetivo, da Comissão de Geografia Humana, sob a presidência do Prof. Kiush, do Japão, e composta por outros quatro membros, sendo dois da Europa, um dos Estados Unidos e um da Ásia. Nessa qualidade estaremos, nos próximos quatro anos, encarregados de estudar os processos e tipos de urbanização na América Latina, como contribuição às conclusões gerais a que pretende chegar à Comissão até o próximo congresso, a realizar-se em Montreal, Canadá, em 1972.

Em 1969, como membro efetivo da Comissão de Geografia Humana do Instituto Pan-americano de Geografia e História<sup>26</sup> é convidada a apresentar na VIII Reunião da entidade, realizada em Washington, E.U.A, a conferencia sobre “*Estado atual e modernização metodológica dos Estudos de Geografia Humana no Brasil*”. Nessa ocasião, também compôs o Grupo de Trabalho para o Vocabulário de Geografia Urbana.

Figura 15. Carta do IPGH - 1969



<sup>26</sup> IPGH - Órgão ligado a Organização dos Estados Americanos (O.E.A), tendo a finalidade de coordenar e incentivar as atividades científicas no campo de Geografia, da Cartografia e da História e Antropologia.

Carta escrita pelo representante nacional da Comissão de Geografia do IPGH endereçada à Nice Lecocq Muller. Reproduzindo parte do trecho final temos:

*Encareço os meus esforços no sentido de efetivar a sua presença, a fim que o Brasil não seja privado da colaboração de um técnico de tão reconhecida e capacidade e que, por muitos títulos, honrará a geografia nacional no exterior, como o tem feito em nosso País”. (Grifos nossos)*

Ainda em 1969, participou também da Reunião do II Seminário Interamericano de Geografia, em Santiago, Chile. Da delegação brasileira além dela foi encaminhado outro participante, o Prof. Pedro Geiger do IBGE. Nesse encontro, foi dada continuidade ao GT para Vocabulário de Geografia Urbana e também a participação em seminários sobre a regionalização do planejamento da América Latina.

Em 1970, Nice retornou à Londres como membro da Comissão de Geografia Urbana da UGI, apresentou o trabalho sobre “*A urbanização na América Latina*”.

Em 1972, temos **a primeira tese orientada e defendida por mulheres**. Maria Cecília França<sup>27</sup> sob a orientação de Nice Muller defendeu a tese “*Pequenos centros paulistas de função religiosa*”. Com sua tese de doutorado, com tema até então inédito, Maria Cecília tornou-se pioneira no estudo da geografia da religião no Brasil. Anos depois a tese virou livro. Maria Cecília França desenvolveu sua carreira na USP onde ministrou aulas e pesquisas até se aposentar.

Tabela 5. Orientações de Nice Lecocq Müller

Orientadora: Profa. Dr <sup>a</sup> Nice Lecocq Müller		
Mestrado	Orientanda (o)	Título
28.11.1967	Liliana Laganá	O bairro rural dos Pires: estudo de Geografia Agrária
28.08.1970	Maria Regina Cunha de Toledo Sader	Evolução da paisagem rural de Itú num espaço de 100 anos
14.12.1970	Wilson de Faria	Contribuição ao estudo da pecuária em Barretos
20.12.1979	Ana Fani Alessandri Carlos	Reflexões sobre o espaço geográfico
Doutorado	Orientanda (o)	Título
28.03.1972	Maria Cecília França	Pequenos centros paulistas de função religiosa
30.08.1978	Luiz Augusto de Queiroz Ablas	A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas. Estudo do caso de São Paulo

Fonte: www.geografia.fflch.usp.br

Nesse mesmo ano, 1972, após ter completado 30 anos de serviço público prestado

<sup>27</sup> Um dos seus irmãos foi o professor catedrático de geografia humana da USP, Ary França.

ao Estado, Nice aposenta-se, mas continua orientando alunos na pós-graduação até o final da década de 70.

As expoentes produções geográficas condiz com a geografia vigente do período decorrente da escola francesa. No caso da Professora Nice, podemos considerá-la uma geógrafa de transição sendo que o seu debate na área de geografia urbana impactou na geração que ela ajudou a formar, sendo essa geração consideravelmente atuante no movimento de renovação da geografia e que ainda permanece em desenvolvimento de atividades geográficas. Nice Magalhães Lecocq (Müller) casou-se com Antônio Rubbo Müller<sup>28</sup> em 1942 e teve três filhas.

Podemos enfatizar o pioneirismo de Nice Lecocq Müller em vários âmbitos, como ter defendido a sua tese de doutoramento com apenas 26 anos de idade, ter realizado estágio por dois anos na Universidade de Oxford e ser representante da delegação de geógrafos brasileiros em vários Congressos Internacionais, prática antes exclusivamente realizada por homens. É importante destacar também que foi a primeira docente mulher a orientar outra mulher no mestrado e doutorado.

Figura 16. Nice Lecocq Müller



Fonte: Google imagens, 2017.

---

<sup>28</sup> Sociólogo. Foi fundador, diretor e professor titular de Antropologia Social da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo – FESP.

### 3.4. Elina de Oliveira Santos

Nasceu em Rezende- RJ, no dia 01 de setembro de 1913, faleceu em 2001. Licenciada e bacharel em Geografia - História na FFLC - USP no ano de 1941. Formou-se também em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia de São Paulo em 1943. Fez especialização em Geografia Física, Geologia e Cartografia nos anos de 1947 e 1948. Durante o ano de 1949 fez estágio no Departamento de Geologia da FFLC.

Figura 17. Elina de Oliveira Santos. Sem data.



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP. Das mulheres nessa foto: Alice Piffer Canabrava de óculos e Elina de Oliveira Santos.

Em **1951**, sob a orientação de João Dias da Silveira defende a tese de doutorado “*A industrialização de Sorocaba: bases geográficas*”.

De acordo com as informações descritas no documento “*contagem de tempo de serviço*”, Elina exerceu as seguintes atividades profissionais:

1933-1935 - Magistério.

1936-1944 - Magistério primário e secundário.

Em 1944 foi nomeada como professora efetiva de Geografia Geral e do Brasil do Ginásio do Estado de Caçapava, mas pede afastamento para permanecer como assistente no DG. No mesmo documento são mencionadas as atividades exercidas no DG-USP:

1942 - 1943 - Contratada para auxiliar serviços técnicos e de ensino junto à cadeira de Geografia Física. Assistente Extranumerária.

1943 - 1944 - 3ª Assistente da Cadeira de Geografia Física.

1944 - 1962 - 1ª Assistente da Cadeira de Geografia Física.

No documento “*comissionamento*” o catedrático responsável João Dias da Silveira, encaminha um ofício, em 21 de dezembro de 1943, ao Diretor da FFLC solicitando a contratação de Elina, onde justifica:

A professora Elina O. Santos, **vem há 2 anos prestando eficientes serviços à Cadeira de Geografia Física motivo, pela qual se tornou indispensável para o bom andamento dos trabalhos práticos, bem como dos trabalhos de pesquisa, além de estar encarregada da organização do fichário geográfico não só da Cadeira bem como da Mapoteca e Biblioteca do Gabinete de Geografia**, pelo que peço a V.S. a sua nomeação para 3ª assistente extra-quadro. (Grifos nossos)

Como assistente em tempo parcial lecionou os seguintes cursos até 1954: *Relevo de solo, Climatologia, Hidrografia, Geografia Regional (aspectos físicos), Seminários, Aulas práticas sobre leitura e interpretação de cartas topográficas, leitura e interpretação de dados e gráficos climáticos, análise de regimes fluviais*. Em 1954, seu regime trabalhista passou a ser em tempo integral.

Em outro documento, “*contrato docente*”, Elina descreve brevemente as atividades que são desenvolvidas no exercício da função de “Assistente”: “colabora com o professor da Cadeira nas pesquisas, na administração de cursos teóricos e práticos e na orientação didática dos alunos”. Ainda nesse documento, datado do ano de 1952, há uma lista com os seus trabalhos finalizados ou em elaboração não publicados: *A indústria do Leite no Município de Lorena, Assunción del Paraguay, Clima do Brasil, O clima da Região do médio Paraíba, Notas prévias sobre alguns problemas geomorfológicos do estado do Paraná, Regimes fluviais do estado de São Paulo, O Vale do Paraíba e Estudos geográficos de Campos do Jordão*

Também são mencionadas outras pesquisas que realizou como colaboradora nas excursões de estudos de campo da Cadeira de Geografia Física, nas excursões e assembleias realizadas pela AGB e nas viagens nacionais e internacionais.

1962 - 1965 - Torna-se Professora Assistente da Cadeira de Geografia Física.

Substituiu por duas vezes João Dias da Silveira no cargo de o Professor Catedrático nos anos letivos de 1955 e 1962.

**Em 1966, torna-se a primeira Professora Assistente Doutora da Cadeira de Geografia Física.**

Diferente das outras duas pioneiras aqui apresentadas, a trajetória de Elina é a que conta com menos registros profissionais e depoimentos sobre a sua carreira, por isso, temos grandes lacunas no desenvolvimento de sua narrativa. Elina aposentou-se em 1966,

com 53 anos, após 30 anos de contribuição ao serviço público estadual. Não sabemos se permaneceu no DG após a sua aposentadoria. Não deixou filhos. O único registro fotográfico que encontramos de Elina é o da Figura 15.

No caso da Elina podemos refletir sobre o pioneirismo em desenvolver pesquisas na área da geografia física e a disparidade em ser uma professora da área desde os anos 1940, mas defendendo o doutorado em Geografia Humana, e o primeiro doutorado defendido por uma mulher na área de Geografia Física ser defendido somente na década de 1970 pela Professora Doutora Olga Cruz<sup>29</sup> com a tese “*A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba – contribuição e geomorfologia litorânea tropical*” sob a orientação de Aziz Nacib Ab’Sáber. Essa pesquisa é de grande excepcionalidade tanto que se tornou referência até os dias atuais.

### 3.5. Rosa Ester Rossini

Nasceu no dia 09 de outubro de 1941, em Serra Azul - SP. Em 1964, concluiu o bacharelado e a licenciatura em Geografia no DG-USP. Fez Especialização em Geografia durante os anos de 1965- 1968. Em 1971, defendeu o Mestrado, e no ano de 1975 o Doutorado, com o título: “*Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo*” sob a orientação do Prof. Dr. José Ribeiro de Araújo Filho. Ainda em 1971, foi convidada para assumir a coordenação da Secretaria da Educação de São Paulo, onde desenvolveu o projeto “*Caracterização Sócio-Econômica dos Municípios do Estado de São Paulo*” que contou com a colaboração de vários estudantes de geografia, entre eles as atuais professoras do DG-USP, Ana Fani Alessandri e Amélia Luiza Damiani, esse projeto também teve o apoio de Nice Lecocq Müller.

Ainda em 1975, foi escolhida para ser homenageada em sua cidade natal e representar, todas as mulheres da cidade em virtude do Ano Internacional da Mulher<sup>30</sup> e porque também foi a primeira mulher daquele município a cursar o ensino universitário.

Em 1988, defende sua livre-docência com a tese “*A mulher na lavoura canavieira paulista*”. **É primeira vez que o “Gênero”** é discutido na geografia brasileira e foi através da categoria trabalho que encontrou um caminho possível para integrar os estudos de gênero no âmbito da Geografia.

---

<sup>29</sup> Foi docente do Departamento de Geografia - USP.

<sup>30</sup> Promulgação do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, pela ONU, deu um impulso para o feminismo brasileiro e mundial sobretudo via fomento de pesquisas universitárias.

Figura 18. Rosa Ester Rossini - Colação de Grau - 1964



Fonte: CAPH- Projeto Memória da FFLC/FFLCH-USP.

1980-1982 - Assumiu a direção da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção São Paulo e participou do Conselho Diretor da AGB Nacional.

1982 - Foi responsável por promover o Encontro Regional da UGI, no DG-USP.

1984 -1988 - Tornou-se membro efetiva da Comissão de Geografia da População da União Geográfica Internacional -UGI. Importante destacar que também foi pioneira na criação do grupo de trabalho sobre Gênero.

1985 - Foi uma das fundadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero - NEMGE-USP.

1984-1990 - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no DG-USP. Após deixar a coordenação, trouxe professoras que ministraram cursos sobre Gênero na Pós, único momento que a disciplina de Gênero foi ministrada no DG.

Desde 1988, participa como assessora de Geografia Humana e Regional do Conselho Deliberativo do CNPq e, desde 1989, participa como membro dos Comitês Assessores como representante da Área de Ciências Humanas do programa PIBIC.

Das atividades profissionais desenvolvidas em outras Instituições:

1964 -1976 - Professora da Faculdade de Ciências Sociais, Economia e Administração - PUC-SP.

1969-1976 - Professora de Geografia Humana e Econômica Geral e do Brasil - Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

1970-71 - Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP

Na USP exerceu os seguintes cargos:

1963 -1966 - Auxiliar de Pesquisa junto ao Instituto de Geografia da USP.

1970 - 1971 - Auxiliar de Ensino no DG-USP.

1971 - 1975 - Professora Assistente Doutor - DG-USP.

1989 - 1991 - Professora Livre-Docente - DG-USP.

1991 - 2008 - Professora Titular com dedicação exclusiva - DG-USP.

2008 - Atual - Professora Titular Aposentada. Segue orientando pesquisas na Pós-Graduação em Geografia Humana no DG - USP

Seu currículo<sup>31</sup> é extenso assim como a sua atuação, tentamos sintetizar as atividades que vem desenvolvendo ou desenvolveu ao longo de sua carreira: Atualmente é membro de corpo editorial em 14 periódicos científicos, foram mais de 20 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, 4 livros e 31 capítulos publicados em livros, 35 trabalhos publicados em congressos, 159 produções técnicas de acessória e consultoria e 14 trabalhos técnicos, participou de centenas de bancas de mestrado, doutorado e TGIs, teve participação em 170 eventos científicos, até o momento, orientou 30 Mestrados, 36 Doutorados, 16 TGIs e 54 Iniciações Científicas.

Em 2005, foi condecorada, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, com a Ordem Nacional do Mérito Científico como Comendadora. Vale ressaltar que no DG da USP, depois de Milton Santos, Rosa Ester Rossini foi a única a receber essa honraria.

Em 2011 foi homenageada, durante o “I Seminário Latino-Americano de Geografia e Gênero por ter sido pioneira nos estudos de gênero na Geografia brasileira. Igualmente, em 2012, foi agraciada, pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHG), com a medalha da Imperatriz Leopoldina por seus inúmeros contributos para as discussões de gênero.

Entre os anos de 2003 a 2015 desenvolveu os seguintes projetos de pesquisas relacionados com gênero: Geografia e Gênero - Família, Geografia e Gênero - Migrações Internacionais, Geografia e Gênero: A força de Trabalho Feminina no Agro-Paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP), As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero - Família e Trabalho. 30 anos Pesquisa no Agro-paulista, O exemplo da agricultura canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP), Geografia e Gênero: a força de trabalho, as novas tecnologias, a expansão e os novos

---

<sup>31</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9844025111996256>

caminhos da cana-de-açúcar no Brasil, Geografia e Gênero: A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana-de-açúcar no Vale do Rio Pardo - São Paulo - Brasil, no início do século XXI (2000 - 2012), Geografia e Gênero: as novas e velhas dinâmicas no campo brasileiro com ênfase na expansão da cana-de-açúcar no século XXI.

Por fim, ainda nos dias atuais, continua sendo Pesquisadora 1A do CNPq com o projeto: Geografia e Gênero: queimando mulheres e homens no trabalho de corte da cana e esquentando as máquinas nos canaviais da macro-área de Ribeirão Preto (SP).

Sobre a atuação da docente Rosa Ester e suas contribuições à Geografia, sobretudo com temática de gênero, é recorrente o desconhecimento da sua trajetória e a invisibilidade das suas pesquisas dentro do nosso respectivo curso.

Figura 19. Rosa Ester Rossini



Fonte: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan>, 2017.

Neste sentido, as compreensões das trajetórias destas quatro mulheres pioneiras nos possibilitam construir reflexões sobre as disputas e tensões que envolvem as narrativas da história de consolidação deste campo científico no Brasil. Trata-se de se questionar por que durante tanto tempo e ainda hoje, continuamos a silenciar sobre estas mulheres e suas trajetórias? Como isso se reflete na Geografia que hoje fazemos? Sem a consciência deste silenciamento, é possível avançarmos na construção de uma geografia que reconheça o recorte de gênero, não apenas como tema de pesquisa, mas como dimensão de entendimento da geografia que fazemos e sobre a qual falamos e refletimos? Estas são algumas das questões que o desenvolvimento desta pesquisa nos provocou até aqui e sobre as quais pretendemos refletir no próximo capítulo, sem o ímpeto, no entanto, de esgotar o tema, complexo por princípio.

#### 4. O público feminino na carreira acadêmica e alguns desafios

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos. É acreditar que essa condição, perpetuada em dimensão universal, deva ser transformada radicalmente. É solidarizar-se com todas as mulheres que desafiaram os poderes solidamente organizados, assumindo as duras consequências que esta atitude acarretou em cada época. É compreender que a submissão, por mais sutil que seja, é o resultado de um processo de tal forma brutal, que caba por impedir a própria vontade de viver dignamente. Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador. Falar da mulher nesses termos é mais do que se deixar envolver pelas mulheres do mundo inteiro. É deixar extravasar a ansiedade, o inconformismo e a ternura de milhares de mulheres. É resgatar a memória, que, mesmo obscurecida pelos reacionários, iluminará o caminho de todos os que buscam a justiça e a liberdade. (TELES, 1999, p. 9-10).

Rompido a barreira de acesso ao ensino superior, agora as mulheres universitárias ousaram enfrentar desafios de dupla ordem ao combinar a atuação no ambiente público com o pessoal. “Decidir entre a esfera familiar e profissional, alterar o rumo do destino ensinado pela igreja, pela escola conservadora, pela família, e trilhar novos caminhos criavam sentimentos contraditórios”<sup>32</sup>. A carreira universitária pede muita dedicação e a conciliação com a possibilidade de estabelecer uma família foi mais uma dificuldade que as mulheres enfrentaram. As jornadas passaram a ser tripla: estudar, trabalhar e cuidar/gerenciar do/o lar. Foi necessário grande esforço emocional para superar as limitações conservadoras e atuar num campo novo.

Para ilustrar uma pouco desse contexto e como a universidade respondia a algumas das demandas específicas do público feminino, recorreremos ao depoimento feito pela filósofa Marilena Chauí<sup>33</sup> durante uma aula pública no dia 03 de maio de 2016, advento do convite do movimento de mulheres do CRUSP<sup>34</sup>, que denunciavam entre outras coisas o

---

<sup>32</sup> BLAY, 2004, p. 57

<sup>33</sup> Marilena de Souza Chauí é filósofa, escritora brasileira e professora de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

<sup>34</sup> Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo - CRUSP. Na moradia estudantil residem cerca de 1200 estudantes oriundos de municípios distantes do campus universitário e de baixa renda.

ambiente sexista institucional. Marilena faz o testemunho de um dos obstáculos que enfrentou por sua condição de ser mulher, mãe e pesquisadora na Universidade. O depoimento foi referente ao ano de 1968, mas possivelmente também refletia sobre os desafios “femininos” dos períodos anteriores. Diz ela<sup>35</sup>:

*pelas regras que haviam sido estabelecidas, evidente que eu deveria ser uma das contratadas, mas houve uma longuíssima e atabalhoadíssima (sic) e complicadíssima discussão no meu departamento porque eu era casada, tinha um filho, e estava grávida. Então a discussão foi se eu podia ser contratada. Mãe de dois filhos! Todo mundo sabe que mãe que pari fica burra! Quem é que não sabe disso, né? (ironia). Então um professor propôs que o departamento fizesse um termo de compromisso e que eu assinaria me comprometendo a não ficar grávida nunca mais e não ter mais filhos.<sup>36</sup>*

Em outro trecho do depoimento a filósofa afirma que numa festa de confraternização do Departamento de Filosofia teve o seguinte diálogo:

*Um dos chefes veio, bateu na minha barriga e disse: “A senhora é muito bonita e muito inteligente dona Chauí, mas com essa barriguinha não vai longe!”  
“Marilena, você pretende ser uma intelectual?”  
“Acho que sim professor!”  
“Então, para de parir filho, mulher!”*

Ainda hoje, é mantida uma visão estereotipada do que é ser um profissional da ciência, e possivelmente a figura que recorremos no imaginário coletivo não é de uma mulher, sendo ela mãe ou não.

Em entrevistas realizadas com docentes durante o desenvolvimento dessa pesquisa, quando questionadas sobre obstáculos que enfrentaram durante a carreira devido à condição de ser mulher, uma delas relatou sua percepção sobre como é vista a figura feminina no DG. Segundo ela, mesmo quando há dois profissionais com a mesma titulação, ao homem normalmente atribui-se primeiramente a imagem de um pesquisador ou cientista e secundariamente a de um professor, enquanto para a mulher, a primeira ou a única atribuição é a de professora.

Segundo os apontamentos das entrevistadas, o ambiente universitário desconsidera as especificidades do público feminino ao não levar em conta as jornadas duplicadas ou triplicadas da maioria delas, somando às novas exigências de produtividade acadêmica a

---

<sup>36</sup> Transcrição da aula pública.

situação das mulheres é ainda mais complicada. Elas são avaliadas independentemente de qualquer situação, seja uma licença maternidade ou para o acompanhamento de familiares, já que são as mulheres que cumprem com o papel instituído pela sociedade de “*cuidadora*”. Também não se discute sobre a dificuldade de se gerenciar o trabalho doméstico na profissão docente. É essencial refletir como é para mulher conciliar o trabalho que tem que levar para casa. Uma docente apontou que a maternidade foi preterida em decorrência da carreira, e inclusive afirmou que admirava as suas colegas de trabalho que conseguiam conciliar a docência, pesquisa e maternidade e que para ela chegar onde está teve que abrir mão desse desejo.

Esse apontamento vai ao encontro da pesquisa do IPEA<sup>37</sup>, que argumenta que coincidir a atuação intelectual com a vida doméstica é uma questão mais complicada para mulheres devido à jornada total média para elas ser de 53,6 horas semanais, enquanto que para os homens são de 46,1 horas. No trabalho remunerado, as mulheres não ultrapassam os homens. Mas se somarmos o trabalho não remunerado, elas trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana.

Em outra entrevista, outra docente fez apontamentos de “*coisas sutis*” que passam despercebidas quando nos referimos às qualidades de cada gênero. Em sua visão, sempre para a mulher são atribuídos comentários como “*aquela professora é uma mãezona!*”, “*boazinha*”, “*um doce*” e quando a profissional não apresenta essas características, sempre são atribuídos pressupostos acerca da vida pessoal, do tipo “*coitado do filho/marido dela!*”. Em contrapartida, para os homens, deixa-se de lado às qualidades referidas ao gênero e atribui-se às do mundo do trabalho. Se for considerado um bom profissional, será conferido que ele “*é muito competente*”, “*tem ótima linha de pesquisa*” e quando não é no máximo será considerado um péssimo profissional e em nenhum momento é posto em questão a vida pessoal.

O que tentamos ilustrar com esses depoimentos é, que se nos dias atuais ainda prevalece certos preconceitos relacionados a um dos gêneros, no caso o feminino, devemos imaginar outras tantas dificuldades de mesma ordem que as mulheres enfrentaram nas décadas iniciais na Universidade e que, infelizmente, ainda perduram.

Em 50 anos, as mulheres passaram da situação de restrição ao ensino superior à condição de maioria dos estudantes universitários. Ao verificarmos especificamente a

---

<sup>37</sup> Retratos das Desigualdades entre Gênero e Raça. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato>

Faculdade de Geografia, em 2016, dos estudantes de graduação temos 51% do público feminino e 49% do masculino. Entre os docentes há um quadro equilibrado, em que dos 78, 39 são mulheres e 39 são homens. Nesse cenário, 12 das docentes são aposentadas e a atuação da maioria das professoras-pesquisadoras é dedicada à área de Geografia Humana, enquanto apenas 13 delas estão na área da Geografia Física.

Tabela 6. Geógrafas do DG - USP – 2017

Geógrafas do Departamento de Geografia - USP	
Profa. Dra. Adyr A. Balastrieri Rodrigues (*)	Profa. Dra. Maria Elena Ramos Simielli (*)
Profa. Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos (*)	Profa. Dra. Maria Elisa Siqueira Silva
Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani	Profa. Dra. Maria Eliza Miranda
Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos	Profa. Dra. Maria Laura Silveira
Profa. Dra. Ana Maria M. C. Marangoni (*)	Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo
Profa. Dra. Bianca Carvalho Vieira	Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques
Profa. Dra. Claudette Barriguela Junqueira (*)	Profa. Dra. Odette Carvalho de Lima Seabra
Profa. Dra. Cleide Rodrigues	Profa. Dra. Regina Araújo de Almeida
Profa. Dra. Déborah de Oliveira	Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz
Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca	Profa. Dra. Rosa Ester Rossini (*)
Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves	Profa. Dra. Rosely Pacheco Dias Ferreira
Profa. Dra. Iraci G. Vasconcelos Palheta (*)	Profa. Dra. Rubia Gomes Morato
Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez	Profa. Dra. Sandra Lencioni
Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi	Profa. Dra. Selma Simões de Castro (*)
Profa. Dra. Léa Francesconi	Profa. Dra. Sidneide Manfredini
Profa. Dra. Lígia Vizeu Barrozo	Profa. Dra. Simone Scifoni
Profa. Dra. Lylian Zulma Doris Coltrinari (*)	Profa. Dra. Sônia Maria Furian Dias
Profa. Dra. Magda Adelaide Lombardo (*)	Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan
Profa. Dra. Margarida Maria de Andrade (*)	Profa. Dra. Valéria de Marcos
Profa. Dra. Maria Adélia Ap. de Souza (*)	<b>* Aposentadas</b>

Fonte: [www.geografia.fflch.usp.br](http://www.geografia.fflch.usp.br)

Outra questão pertinente é que dentre todas as docentes vinculadas ao DG, há apenas uma mulher negra, Vanderli Custódio<sup>38</sup>, atualmente ela ministra aulas e pesquisas no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB e está em vias de se aposentar.

No âmbito acadêmico, assim como no restante da sociedade, os desafios específicos

<sup>38</sup> Possui bacharelado e licenciatura plena em Geografia (1986) pela Universidade de São Paulo; mestrado (1994) e doutorado (2002) em Geografia Humana pela mesma Instituição. Atualmente é professora assistente doutora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/9930064541663358>

oferecidos pela condição do gênero feminino (sexismo, assédios, capacidade questionada, violências, entre outros) são ainda maiores se somadas a outros marcadores sociais como a classe, raça e etnia.

Na carreira científica, na área de exatas ainda é mais lenta a inclusão feminina, mas nas ciências humanas a presença e atuação das mulheres são expressivas, porém, mesmo nessas áreas as posições de liderança e de tomada de decisões ainda são majoritariamente ocupadas por homens. Ao se considerar as agências de fomento científico, como o CNPq, as mulheres ainda são minoria. De acordo com o site Gênero&Numero<sup>39</sup> atualmente somente 24,1% dos pesquisadores seniores<sup>40</sup> são mulheres.

Outro ponto a se considerar é, quando constatado que na academia os homens ocupam lugares privilegiados, sempre é utilizado o contra-argumento de mulheres ícones para exemplificar, porém, nunca é questionado porque este número é muito menor a ponto de serem icônicas.

No período das pioneiras, mesmo já sendo equilibrado o número de mulheres na graduação, foi somente em **1967** após 33 anos de fundação do curso é que uma mulher assume uma Cadeira como docente no DG. É importante lembrar que a função “Assistente” era responsável por prestar serviços técnicos e de ensino junto às cadeiras que possuíam um catedrático responsável.

De acordo com os documentos consultados, a função “*assistente*” era hierarquizada, sendo inicialmente cumprida a posição de assistente de ensino depois 2º assistente até finalmente chegar ao posto de 1º assistente. Nas pesquisas para esse trabalho encontramos algumas referências com nomes de mulheres que exerceram a função de assistentes, porém, essas informações, muitas vezes, foram encontradas em notas de rodapé ou em documentos que são insuficientes para traçarmos as suas trajetórias.

Naquela época, por estarem imersas nos preceitos vigentes, as ausências de referências femininas foram consideradas como algo “*natural*” e não se reivindicavam, como nos modos atuais de representatividade, um “*lugar de fala*”, dificultando assim, a percepção das desigualdades.

Enquanto essa noção teve força, não havia, portanto, a percepção de discriminação, nem de conflito. Havia a ideia da complementação: a

---

<sup>39</sup> “Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres. Disponível em: <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/> > acesso em outubro de 2017.

<sup>40</sup> Para ser considerado um pesquisador sênior, tem quem permanecer pelo menos 15 anos nos mais altos níveis de pesquisa e produtividade.

mulher completava o homem. Esse era assunto que não se discutia e as diferenças e os diferentes papéis eram aceitos, quase sempre, pacificamente (CERDEIRA, 2001, p. 140).

A partir da década de 1950 quando começa a se desnaturalizar essas diferenças, passando a ser compreendido como construções históricas, culturais e sociais, o entendimento de desigualdade ganha força. “Percebe-se que as diferenças acabam por ser instrumentalizadas para dar poder a um sexo ou outro e aqui a discriminação se configura”.<sup>41</sup>

Para as mulheres daquela época a conquista da formação superior muitas vezes se chocou com a realidade do mercado de trabalho, ainda predominantemente masculino e por consequência impregnada de preconceitos em relação às que exerciam atividades fora do lar. Contudo, com dificuldades para trabalhar como bacharel, foi no campo da docência que as mulheres encontraram menos resistência para a atuação profissional.

No que tange aos desafios em relação à condição de mulher no viés institucional da USP, temos no paternalismo de algumas funções como a de assistentes e de catedráticos a preferência pela atuação masculina que começou a ser superada somente após a abertura de concursos públicos. Um panorama desse ambiente pode ser verificado na resposta da docente-pesquisadora Nice Lecocq Muller sobre a pergunta *quais obstáculos que encontrou para exercer a profissão*<sup>42</sup>.

*“Quando vagou o cargo de 1ª assistente da cadeira que eu estava, Geografia Humana, havia um outro assistente...éramos um homem e uma mulher. Quando chegou a hora de escolher quem ficaria como primeiro assistente, vieram me pedir desculpas, que me prefeririam realmente, mas que tinham que dar a ele por ser homem, ter família etc. Então ele foi nomeado e eu continuei como Auxiliar de Ensino. Mas a coisa não durou muito. Depois de algum tempo eu fiquei como primeira assistente. (...). Havia discriminação sim. Às vezes era dito, muito sutilmente, que certas assistentes só o eram porque tinham algum relacionamento com o professor e isso me afetava muito. Todas nós estávamos sujeitas a estar dentro desse tipo de afirmação. Achava uma coisa horrível de se dizer, mas era dito. Considero o pior tipo de discriminação contra a mulher, pôr em dúvida a capacidade de a pessoa estar exercendo aquela função”*

Em resposta a essa mesma questão, Alice Canabrava comenta sobre o episódio:

*“Não fui discriminada no exercício da profissão, mas me lembro que, ao concorrer à cátedra, deram o lugar a um homem” “Na primeira vez tentei Sociologia, mas não queriam que eu fizesse o concurso, mas eu era*

---

<sup>41</sup>*Ibidem*, p. 141.

<sup>42</sup>CERDEIRA, *O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo*. 2001.

*muito teimosa. Aí eu disse “eu faço o concurso e vocês me reprovem”.  
Organizaram uma banca só pra me reprovar”.*

Em outro depoimento sobre o percurso do concurso para concorrer à cátedra na FFLC, Alice faz um detalhamento sobre as dificuldades que enfrentou. Até o seu doutoramento a relação com os colegas de departamento era amigável, mas após o amplo reconhecimento de sua tese e a revelação do desejo de concorrer à cadeira ela passou a sofrer hostilidades anônimas no círculo universitário. As documentações endereçadas a ela com os materiais para o desenvolvimento de sua pesquisa chegavam violadas, na biblioteca, as obras requeridas estavam sempre fora do lugar, ou depois de consultadas pela primeira vez não estavam mais a sua disposição, soube mais tarde que um funcionário da faculdade foi incumbido de segui-la para saber os lugares que freqüentava, ouvia conselhos de que não deveria prestar a prova, pois seria reprovada, no dia do encerramento da inscrição do concurso, o elevador do edifício parou de funcionar e ela precisou levar, em algumas viagens, os vários exemplares da tese exigidos pelo edital. Imprimiu a tese em sua casa, num mimeógrafo emprestado, tamanho o receio de sofrer algum tipo de adversidade.

Olga Pantaleão formou-se em História e Geografia da turma de 1938 da FFLC-USP e junto com Maria Vicente de Carvalho foi uma das fundadoras da FFLC (UNESP) de Marília. Ainda na USP, Olga regeu a Cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea por pouco tempo, de julho de 1946 à junho de 1947, segundo ela “por pressão e ação do grupo masculino dominante do curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade, tendo feito o restante da minha carreira fora da USP”<sup>43</sup> relata que as reações masculinas contra as mulheres no ambiente acadêmico da FFLC-USP começou a se manifestar por diversos fatores:

Quando a mulher se mostrava mais competente do que os homens do mesmo campo de estudo ou de ensino, quando ocupava ou passava a ocupar lugar desejado por algum colega do sexo masculino, ou pela simples razão do preconceito antifeminista. (...) Na História, por exemplo, um dos professores falava ser preciso pôr o “mulherio” para fora da Faculdade (BLAY, 2004, p.113).

---

<sup>43</sup> BLAY, p. 114.

Figura 20. Professoras da FFLC de Marília



Fonte: BLAY, 2004, p. 114. Na figura, da esquerda para a direita: 1ª, Olga Pantaleão; 3ª, Maria Conceição Vicente de Carvalho.

Ainda sobre a resistência da permanência das mulheres no ambiente do ensino superior, era comum o comportamento com afirmações de que necessário proteger a instituição do “baixo nível” das professoras do magistério primário. Em grupos masculinos fraternos era evidente o compromisso de exclusão dos “para-quedistas” como elas eram chamadas. Nas funções de trabalhos administrativos da Faculdade, as mulheres eram consideradas no máximo “excelentes datilógrafas”.

Podemos constatar que os percalços apontados por essas acadêmicas - de diferentes gerações-, referem-se ao que Pierre Bourdieu denomina de violência simbólica, “violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”<sup>44</sup>. E segundo o autor a base da violência simbólica está nas estruturas que a produzem e a mantêm viva, estruturas estas que entre outros interesses, defendem o papel do homem como superior e fazem essa relação ser vista como natural.

A violência simbólica de gênero é uma das mais hostis formas de cerceamento dos indivíduos e, por isso, é imprescindível se trazer à tona por tratar-se de um problema social. Diante disso, torna-se inevitável a discussão dessa temática dentro dos muros da universidade bem como as estratégias de resistência e os mecanismos de enfrentamento visto que a academia também é um espaço da construção de vivências sociais.

---

<sup>44</sup> BOURDIEU, 2007, p. 18

#### 4.1. Referências femininas na Geografia e no DG

Desde que a história existe como disciplina científica, ou seja, século XIX, o lugar das mulheres dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores”. Portanto, reescrever a história pressupõe desconfiança em relação às categorias dadas como universais, privilegiando as singularidades e as diferenças. (*Uma História das mulheres será possível?* Michele PERROT, 1984).

Nos estudos de gênero, que desde os anos 70 se dedicam a revisitar as mulheres e seus papéis na história da humanidade, são recorrentes as palavras: apagamento, invisibilidade, personagens secundárias, subjugadas, figura silenciosa. A representação feminina na literatura histórica brasileira, de modo geral, ocupou-se com heroínas de guerra, cônjuges de algum homem ou mulheres expoentes em seu campo de atuação. “Sabemos pouco sobre as heroínas do cotidiano, sejam elas escravas ou senhoras; o de que dispomos nos foi transmitido, quase sempre, por elementos masculinos, a comunicar sua própria visão de mundo”<sup>45</sup>. Na narrativa dos que tinham a possibilidade de fala, a grande maioria das mulheres é representada como mães, esposas ou filhas sem a devida oportunidade de voz própria. A história “tradicional” muitas das vezes atribuiu um lugar secundário às mulheres.

Ao indagarmos sobre as mulheres nas nossas referências coletivas ou ao que essas referências estão relacionadas, quantas mulheres nomeiam algo importante que conseguimos lembrar sem esforço? No prédio do DG quantas salas, auditórios, centros levam o nome feminino? A dificuldade de recordar nomes das mulheres nos ambientes públicos é porque na sociedade brasileira, elas ainda são minoria, no espaço físico do DG essas menções são inexistentes.

Segundo a reportagem “*Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas*”, que utilizou como base a dissertação de mestrado<sup>46</sup>, dos 859 personagens mencionados nos livros didáticos pesquisados<sup>47</sup> apenas 70 personagens são mulheres. As representações femininas aparecem muito mais em notas de rodapé ou em esquema fora da parte central da narrativa e são menos propensas a serem sujeitos de ações na história. As mulheres dos livros didáticos são citadas em sua maioria

---

<sup>45</sup> BLAY, 2004, p. 85.

<sup>46</sup> A ladainha do Homem Branco: Indústria de Livros Didáticos no Brasil e a Reprodução de Velhos Cânones, de Giovanna Romano Sanches. Universidade do Texas, EUA, 2017.

<sup>47</sup> Coleção “História, Sociedade e Cidadania” de Alfredo Boulos Jr. Distribuídos para o ensino médio público.

como membros da família (mulher, irmã ou esposa de alguém). Dessas, 72,3% são brancas, 21,3% são negras e 4,3% são asiáticas. Em toda a coleção, quase 900 páginas, é apresentada apenas uma única mulher indígena. Segundo conclusões da pesquisa, essas narrativas ajudam a disseminar a falsa ideia que o saber androcêntrico e branco é o único saber a ser considerado e desse modo, resulta como a história oficial a ser reproduzida.

Não foram encontradas pesquisas sobre a representação de mulheres nos livros didáticos de Geografia, mas o cenário de personagens e atores majoritariamente masculinos não é exclusivo da educação básica.

Decidimos verificar se as geógrafas são representadas nos livros das áreas de epistemologia e história da Geografia e como são essas representações. Para isso, foram considerados neste breve exercício os seguintes livros: *O Pensamento Geográfico Brasileiro*, volumes 1, 2, e 3 todos de autoria de Ruy Moreira<sup>48</sup>, essas obras reúnem os principais geógrafos responsáveis pela formação da geografia brasileira, e *Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX*, de autoria de Rui Ribeiro de Campos<sup>49</sup>, este apresenta um panorama da geografia nacional mais especificamente dos dois últimos séculos.

Da Geografia Clássica até a Geografia Brasileira passando pela Geografia Nova, Humanista, Fenomenológica, Cultural, Crítica, entre outras considerações, nessas 4 obras, se somadas, resultam em mais de 1000 páginas, há uma única mulher mencionada, está no terceiro capítulo, *As obras, as buscas de uma teoria geral*, apresentada no texto com o título: *Bertha Becker: fronteira e periferia em A geopolítica da Amazônia*<sup>50</sup>.

Bertha Koifmann Becker nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 07 de novembro de 1930. Em 1952, graduou-se como bacharel e licenciada em Geografia e História. Iniciou a carreira docente em 1958 na Universidade do Brasil (UFRJ), em 1970, defendeu a tese de doutorado no Instituto de Geociências da UFRJ. Ainda no ano de 1970, defendeu a tese de Livre-Docência. Em 1986, realizou um Pós-Doutorado - Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Em 1994, torna-se professora titular do Instituto de Geociências,

---

<sup>48</sup> É mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Geografia Humana pela USP. É professor de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Faculdade de Formação de Professores da UERJ

<sup>49</sup> Fez graduação em Filosofia e em Geografia pela PUC-Campinas, mestrado em Educação pela PUC-Campinas e doutorado em Geografia pela UNESP - Rio Claro. Concluiu pós-doutorado sobre a obra de Vidal de La Blache, em 2014 na Unicamp. Foi professor titular PUC-Campinas de Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico Brasileiro e Geografia Política. Foi professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Angra dos Reis.

<sup>50</sup> MOREIRA, Ruy. v. 3, 2010, p. 85.

trabalhou neste Instituto até sua aposentadoria no ano 2000. Aposentou-se, mas continuou com as atividades de pesquisa permanecendo como coordenadora do laboratório de Gestão do Território - UFRJ até o final da vida no ano de 2013. Foi membro titular da Academia Brasileira de Ciência, entre 2006 e 2013. Recebeu como reconhecimento inúmeros títulos e homenagens, entre eles, Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico - 2007; Doutor Honoris Causa - Universidade de Lyon III, França - 2005<sup>51</sup>.

A propósito, Bertha Becker e Rosa Ester Rossini são as únicas duas geógrafas presentes no Programa da CNPq “Pioneiras da Ciência no Brasil” que:

(...) tem como proposta visibilizar a história das mulheres pesquisadoras que participaram e contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento científico e para a formação de recursos humanos para a ciência e tecnologia no Brasil. A importância de escrever a história das mulheres brasileiras cientistas é reconhecer que a participação feminina foi e é fundamental para o avanço do conhecimento. Estas pioneiras abriram as portas do saber e do poder. Do saber, porque cada uma delas teve um importante papel para sua área de conhecimento. Do poder, porque provaram que as mulheres não são só aptas para a ciência quanto esta não pode prescindir de sua contribuição. A divulgação de suas histórias, não somente cria modelos como mostra os caminhos abertos por elas, atribuindo créditos às suas destacadas colaborações e permitindo melhor compreensão sobre a história da ciência e tecnologia no Brasil.

Na experiência da graduação ao conferir a bibliografia obrigatória da disciplina História do Pensamento Geográfico do DG-USP, podemos verificar que dos textos exigidos nenhum são de autoria feminina e nenhum discorre sobre as contribuições das mulheres na Ciência Geográfica, sendo assim, as narrativas privilegiam os homens prevalecendo a visão de mundo masculina.

Segundo ementa geral da disciplina, HPG, disponível no sistema acadêmico da universidade, esses são os seus objetivos: 1º, analisar o desenvolvimento do pensamento geográfico, inclusive no Brasil, 2º, enfatizar a relação entre as formulações analisadas, o contexto histórico que as engendrou e a fundamentação filosófica que as embasa e 3º, **discutir as perspectivas atuais da Geografia.**

Os autores discutidos nessa disciplina são: ANDRADE, Manoel Correia de; LAVAL, Paul; ESTÉBANEZ, José; JOHNSTON, R. J; MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MORAES, Antonio Carlos Robert; MOREIRA, Ruy; PETRONE, Pasquale; QUAINI, Massimo; SANTOS, Milton; SODRÉ, N. W.

---

<sup>51</sup> [www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil2](http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil2)

Ainda na questão da invisibilidade das geógrafas e como são apresentadas as suas contribuições na HPG, é importante salientar que compreendemos que essa “ausência” é fruto da concepção androcentrica na produção - ocidental - do conhecimento científico. Ao refletirmos sobre o apagamento dessas trajetórias, quais são as possibilidades de construção de uma ciência que reconheça e incorpore com a devida importância as contribuições femininas na epistemologia geográfica?

Outra discussão pertinente é a do Gênero<sup>52</sup> como categoria de análise geográfica. As lutas feministas se ramificaram da pauta inicial, e foram incorporando questões de acordo com a singularidade dos diferentes grupos de mulheres. Esse e outros marcadores sociais como classe, raça e etnia permitem uma nova possibilidade de leitura dos fenômenos sociais, por consequência, foram inseridos e estão sendo discutidos há um tempo na área das ciências humanas. Sendo assim, quais reações o debate de gênero trouxe para a Geografia? Lembrando que no DG, nunca tivemos uma disciplina na graduação que envolvesse especificamente o tema de Gênero.

Ainda que essa discussão tenha se inserido em outras universidades, verificamos que permanece relegado a uma subcategoria no DG-USP. Em 1987, ainda como categoria *mulher*<sup>53</sup>, essa temática apareceu por meio do mestrado de Yná Andrighettie, sob a orientação da Prof. Dra. Rosa Ester Rossini. De lá pra cá, até o ano de 2016, das 765 dissertações e teses defendidas em Geografia Humana na USP somente 9 dissertações e 5 teses envolveram a temática de Gênero. A listagem com essas pesquisas estão nas tabelas 7 e 8.

Podemos verificar que as produções científicas com abordagem de Gênero foram defendidas somente por mulheres, no mestrado, temos três orientadores homens e no doutorado são apenas mulheres. A professora Rosa Ester Rossini foi a que mais orientou, sendo nove orientações no total.

Os desafios de construção de diálogo são mais complexos devido ao fato do pouco desenvolvimento dessa discussão. Atualmente os debates que envolvam as questões de Gênero ocorrem por intermédio de coletivos e por demandas exteriores de suas práticas

---

<sup>52</sup> Categoria elaborada pelos estudos feministas e depois agregada à academia. Torna-se outra maneira de compreender as relações sociais historicamente construídas. Segundo Joseli Maria Silva, Os estudos de Gênero não podem ser confundidos com os estudos de mulheres. Devemos lembrar que também existem estudos sobre as masculinidades e as vivências chamadas “trans”.

<sup>53</sup> Usada para referirem-se as distinções entre o universo das mulheres em relação ao dos homens. Teresa Lauretis critica a idéia de mulher universal e a essência arquetípica de mulher, dando ênfase na diversidade onde há diferentes mulheres na categoria Mulher.

não curriculares do curso. Essas ações têm pressionado cada vez mais a inserção da temática em nossas atividades acadêmicas.

Tabela 7. Dissertações em Geografia Humana no DG-USP com a temática de Gênero

Dissertações de Geografia Humana - USP			
Data	Orientador (a)	Orientanda	Título
10.06.1987	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Yná Andrighetti	Mulher e trabalho. A operária têxtil paulistana
10.12.1992	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Carmen Soledad Aurazo deWatson	Mulher e saúde. Um estudo de mulheres atendidas no centro de saúde. Escola do Butantã CSEB-SP
14.08.1993	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Maria Luiza Oliveira de Francisco	Trabalho familiar na agricultura do município de RioClaro(SP): a mulher e a criança na pequena produção
09.10.1995	Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann	Wandeluse Pessoa Bison	Volta por cima: mulheres migrantes entre o Vale de Jequitinhonha e São Paulo
19.06.1998	Profª. Drª. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	Ofélia Cerinéia Brochado	Trabalho, saúde e reprodução da vida: a mulher bóia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista
31.03.2000	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Isamara Lima de Jesus	As Marias Canavieiras e a Participação Sindical: Sertãozinho (SP) Ontem e Hoje
20.12.2001	Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Rosalina Alves da Silva Malzone	A participação da mulher, o crescimento das religiões/crenças e a produção do espaço em São José do Rio Preto
02.03.2002	Profº. Elvio Rodrigues Martins	Jociane Trindade dos Santos	Violência contra a mulher nos espaços urbanos da cidade de Manaus/AM: dois anos antes e depois da Lei Maria da Penha
19.03.2002	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Denise Pedroso Garcia	O Feminismo no Bairro; A Experiência pela prevenção do Câncer de Mama e de Colo de Útero na Zona Leste do Município de São Paulo 1994-1997

Fonte: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br); [www.geografia.fflch.usp.br/posgraduacao/teses\\_GH.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/posgraduacao/teses_GH.htm)

Tabela 8. Teses em Geografia Humana no DG-USP com a temática de Gênero

Teses de Geografia Humana - USP			
Data	Orientador (a)	Orientanda	Título
13.08.1991	Profª. Drª. Maria Adélia Aparecida de Souza	Sonia Alves Calió	Relações de Gênero na cidade. Uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana
22.06.1994	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Marlene Maria da Silva	A linha de subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste Pernambucano
17.04.1998	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Maria Carlota Meloni Vicenti	Inserção da força de trabalho feminina: as Bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista
03.12.2012	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Aldeneia Soares da Cunha	Geografia e Educação: implicações do gênero no exercício da docência e na construção do espaço das escolas públicas estaduais de Manaus/AM
21.01.2016	Profª. Drª Rosa Ester Rossini	Dirce Sizuko Soken	Brasil e Bolívia: a mulher como força de trabalho e o processo de acumulação capitalista na dinâmica do circuito comercial transfronteiriço

Fonte: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br); [www.geografia.fflch.usp.br/posgraduacao/teses\\_GH.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/posgraduacao/teses_GH.htm)

A título de curiosidade, durante nossas análises sobre as produções de teses e dissertações defendidas no DG, fomos surpreendidos pela coincidência da Profª. Drª. Léa Goldenstein ter orientado apenas mulheres, foram no total 19 orientações, 14 mestrados e 5 doutorados. Ficamos em dúvida se essa condição foi um critério adotado por ela, ou não.

A inquietação virou um ponto de partida para entrarmos em contato com algumas ex-orientandas na tentativa de saber sobre a trajetória da docente. Das ex-orientandas, conseguimos entrevistar duas que atualmente são docentes no DG-USP.

Nas memórias compartilhadas, obtivemos algumas informações a respeito da Léa. Ela já compôs o quadro de dirigentes da UNE (ainda na época do presidente Vargas), durante a ditadura militar ela e seu companheiro contribuíram nos bastidores de combate à repressão.

Nas considerações das docentes, soubemos que a Professora Léa era “*mandona*” e muito “*séria*”. Durante uma das entrevistas, conseguimos ver fotos de um grupo de mulheres (Léa e seis orientandas), esse círculo feminino era carinhosamente chamado de “*Meninas da Dona Léa*”. Para nossa surpresa soubemos também que ela está(va) viva, porém, muito debilitada.

Por fim, quando questionamos o motivo dela ter orientado apenas mulheres, uma das entrevistadas mencionou que nunca havia reparado nessa coincidência, visto que, teve dois colegas homens orientados por ela e que por emprego do destino não puderam terminar a pós-graduação. Um deles se mudou e desenvolveu carreira na área de geografia urbana no estado do Paraná e o outro acabou falecendo sem concluir o mestrado.

Figura 21. Orientações Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Léa Goldenstein - DG-USP - 1975-1991

Orientações Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Léa Goldenstein		
Mestrado		
Data	Orientanda	Título
19.11.1975	Ligia Celória Poltroniéri	Divisão espacial da citricultura no estado de São Paulo
16.10.1978	Zenilde Baima Amora	As transformações da indústria de Fortaleza face apolítica de industrialização do Nordeste
31.05.1979	Léa Francesconi	A mão de obra ocupada na atividade industrial de São José dos campos e Jacaré: movimentos migratórios e movimentos pendulares
10.07.1979	Nídia Nacib Pontuschka	Suzano e o impacto da industrialização
1979	Maria Albanira Mendes Leitão	O tamanho da propriedade, as formas de utilização do solo e as relações de produção no município de Aratuba/Ceará
19.06.1980	Odete Carvalho de Lima Seabra	A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano
26.06.1980	Marily Bezerra de Castro Andrade	O uso da terra em São José dos Campos: exemplos de transformações recente
05.08.1981	Maria Lúcia de Amorim Soares	Contribuição ao estudo da meação. E exemplo da cultura de cebola em Piedade
21.12.1981	Arlete Moysés Rodrigues	Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo
11.05.1983	Myrna Terezinha Rego Viana	São Miguel Paulista: o chão dos desterrados
17.05.1983	Maria Aparecida SerapiçoTeixeira	A adversidade e a diversidade dos produtos de leite: de pecuaristas-mercantis a proletários ou a empresários
25.05.1983	Regina Célia Bega dos Santos	Osasco: Migrações, condições de vida e apropriação do espaço
14.12.1984	Alice Yatiyo Asari	Os produtores e processadores do Rami: o caso de Londrina-PR
01.07.1985	Sandra Lencioni	Agricultura e urbanização. A capitalização no campo e a transformação da cidade Jardinópolis, o estudo de um lugar
Doutorado		
Data	Orientanda	Título
08.05.1987	Maria Regina Cunha de ToledoSader	Espaço e luta no Bico do Papagaio
19.05.1987	Ana Fani Alessandri Carlos	A (Re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia
14.12.1987	Odete Carvalho de Lima Seabra	Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo
25.06.1991	Myrna Therezinha Rossi Rego	O Próalcool na região de Araçatuba-O doce fel do binômio Cana-Boi
10.09.1991	Margarida Maria de Andrade	Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho

Fonte: [www.geografia.flch.usp.br/posgraduacao/teses\\_GH.htm](http://www.geografia.flch.usp.br/posgraduacao/teses_GH.htm)

## Considerações Finais

Neste trabalho buscamos, de forma inicial, (re)contar as trajetórias de mulheres que foram fundamentais para o desenvolvimento do curso de Geografia da Universidade de São Paulo. Nosso intuito era compreender a colaboração trazida por elas, bem como as dificuldades que tiveram ao longo de seus percursos acadêmicos.

Na análise dos materiais verificamos que os percalços que tais docentes percorreram estão relacionados com a condição de coadjuvante a qual a mulher é relegada no ambiente acadêmico, uma situação que é decorrente do preconceito de gênero enraizado em nossa sociedade.

No tempo das pioneiras os desafios femininos na universidade estavam mais ligados às questões do acesso e permanência no ensino superior, já que a expectativa social em torno do ser feminino era reservada à esfera privada do lar.

Superado a barreira do acesso ao ensino universitário persistem os desafios relacionados à representatividade e reconhecimento das mulheres no meio científico e acadêmico. Esses obstáculos são invisíveis, são subentendidos, portanto mais difíceis de serem combatidos e superados.

Muito se avançou com as discussões e a presença das mulheres no ambiente universitário, mas ainda não influenciaram completamente o processo histórico, já que a sociedade, e por sua vez a academia dão oportunidades desiguais a homens e mulheres.

As narrativas estabelecidas da história do pensamento geográfico, produzidas majoritariamente por homens, naturalizam a falta das mulheres na Geografia, no caso do DG, mesmo elas estando presentes de forma ativa desde o início do curso. Se estas geógrafas estavam presentes desde o segundo ano de fundação do DG, por que suas produções não foram devidamente consideradas? Por que suas trajetórias, mesmo as que possuem documentações, ainda são desconhecidas? Frente esse cenário como podemos recuperar vozes femininas frequentemente esquecidas, cujos registros e narrativas de vida são raros? Como compor uma historiografia que leve em conta essas mulheres?

Reafirmamos que este trabalho não se propõe a responder todas as questões levantadas ao longo da pesquisa e nem encerrar o debate sobre as trajetórias das mulheres no DG. Mas enfatizar a importância de se contar outra parte da história destas memórias institucionais, a partir do olhar e da luta das mulheres-geógrafas do passado e do presente.

## REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Revista Estudos Avançados*, n8. São Paulo. 1994. p. 221-233.

ANDRADE, Manuel Correia. Geografia, ciência da sociedade. Recife, Editora Universitária/ UFPE. 2006.

\_\_\_\_\_. Pierre Monbeig e o Pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, n 72, 1994, p. 63-82.

ANTUNES, Charlles da França. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, idéias e transformações: notas de uma história. Tese Doutorado. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2008.

BARROSO, Carmem Lucia. MELLO, Guiomar Namó de. O Acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. São Paulo, *Caderno de Pesquisa* n 15, Fundação Carlos Chagas. 1975.

BLAY, Eva Alterman, LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. São Paulo, *Ciência e Cultura/SBPC* v.36, n.12, 1984.

\_\_\_\_\_. Mulheres na USP. Horizontes que se abrem. São Paulo, USP/Humanitas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX. Jundiaí, Paco Editorial, 2011.

CUSTÓDIO, Vanderli. FUNDAMENTOS teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia : textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e BOLETIM DA AGB (1941- 1944). São Paulo. 2012.

CERDEIRA, Cleide Maria Bocardó. O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP. 2001.

FACCIOTI, Maria Cândida Reginato, SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres Politécnicas: histórias e perfis*. São Paulo. EPUSP, 2004.

IBGE. Recenseamento geral do Brasil. Censo demográfico. População e habitação. Rio de Janeiro, 1946.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. 4. ed. Brasília, 2015.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. IN: HOLLANDA, B. H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORI, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 2013.

MOREIRA, Ruy. O Pensamento Geográfico Brasileiro - volume 1. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Geográfico Brasileiro - volume 2. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Geográfico Brasileiro - volume 3. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. IN: DEL PRIORI, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Contexto. 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: *Nova História das mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla B e PEDRO, Joana M (org). 1ª Ed. São Paulo. Contexto. 2013.

ROSSINI, Rosa Ester. Memorial. São Paulo, 1991. 289p. Concurso para Professor Titular – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Do passado ao presente: O papel da mulher na construção de uma Geografia brasileira. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 149-160, out. 2012.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul/dez. 1990.

SILVA, Joseli Maria (org). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, Todapalavra, 2009.

SOIHER, Rachel. *A conquista do espaço público*. IN: *Nova História das mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla B e PEDRO, Joana M (org). 1ª Ed. São Paulo. Contexto. 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do feminismo no Brasil. Brasiliense. São Paulo, 1999.

TRIGO, Maria Helena B. Espaços e tempos vividos: estudos sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970). São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.

TUPY, Ismênia. Gênero e demografia histórica - a presença feminina nos recenseamentos gerais da população brasileira (1920-1940). IN: *Revista população e família*, São Paulo, Humanitas, n.4, p. 113-142, 2002.